

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA -CURSO DE MESTRADO

VIVIANE APARECIDA DA SILVA

**A TERRITORIALIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS DE REFORMA
AGRÁRIA NA MESORREGIÃO CENTRO-OCIDENTAL PARANAENSE**

Maringá-PR
2022

VIVIANE APARECIDA DA SILVA

**A TERRITORIALIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS DE REFORMA
AGRÁRIA NA MESORREGIÃO CENTRO-OCIDENTAL PARANAENSE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Elpidio Serra.

Maringá
2022

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

S586t

Silva, Viviane Aparecida

A territorialização dos assentamentos de reforma agrária na mesorregião centro-ocidental paranaense / Viviane Aparecida Silva. -- Maringá, PR, 2022.
103 f.: il. color., figs., tabs., maps.

Orientador: Prof. Dr. Elpídio Serra.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2022.

1. Reforma agrária - Assentamentos - Nova Cantú (PR). 2. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). 3. Territorialização - Assentamentos - Reforma agrária. 4. Agricultura - Modernização. I. Serra, Elpídio, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.


CDD 23.ed. 333.31

A TERRITORIALIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS DE REFORMA
AGRÁRIA NA MESORREGIÃO CENTRO OCIDENTAL PARANAENSE

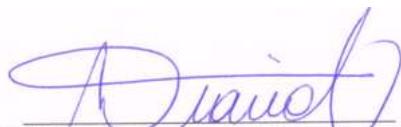
Dissertação de Mestrado apresentada a Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia, área de concentração: Análise Regional e Ambiental, linha de pesquisa Produção do Espaço e Dinâmicas Territoriais.

Aprovada em **03 de agosto de 2022.**

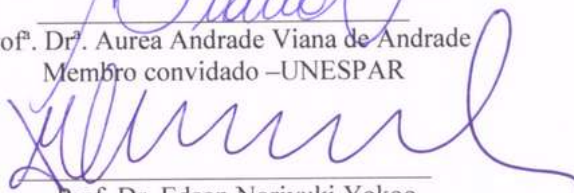
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Elpídio Serra
Orientador - UEM



Prof.^a Dr.^a Aurea Andrade Viana de Andrade
Membro convidado – UNESPAR



Prof. Dr. Edson Noriyuki Yokoo
Membro convidado – UNESPAR

Dedico este trabalho a minha família, pelo apoio e amor incondicional, pai (*in memória*), mãe, esposo e filho.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus que escoltou e trilhou cada passo desta jornada, dando-me perseverança para continuar e vencer essa etapa muito difícil, a qual tive vontade de desistir várias vezes.

A realização deste trabalho deve-se a colaboração direta e indireta de várias pessoas sem as quais certamente eu não teria conseguido concluí-lo.

A minha família pela compreensão e apoio.

Ao meu esposo Marciano Malamin que esteve presente em todos momentos da pesquisa e me acompanhou durante os trabalhos de campo.

Aos meus amigos e companheiros de trabalho que em alguns momentos trocaram seus horários para que eu pudesse estar presente na realização das aulas.

Aos professores e professoras por compartilharem seus conhecimentos.

A secretária do PGE, Mirian, pessoal incrível que sempre me atendeu com carinho e atenção.

Em especial ao meu orientador Prof. Dr. Elpidio Serra e a Prof.^a. Dra. Aurea Andrade Viana de Andrade, que contribuíram para o meu aprendizado e me incentivaram no desenvolvimento da pesquisa;

Ao professor doutor Edson Noriyuki Yokoo , por ter aceitado compor a banca examinadora e por todos os apontamentos, que contribuíram para a conclusão deste trabalho.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, pela bolsa de estudos concedida durante um ano, que foi fundamental e indispensável para realização desta pesquisa

Aos trabalhadores dos Assentamentos José Arnaldo dos Santos e Santo Rei, que nos receberam e compartilharam suas histórias conosco.

“A territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a ‘face vivida’ da ‘face agida’ do poder” (RAFFESTIN, 1993).

A TERRITORIALIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS DE REFORMA AGRÁRIA NA MESORREGIÃO CENTRO-OCIDENTAL PARANAENSE

RESUMO

A territorialização, desterritorialização e reterritorialização dos assentamentos rurais vinculados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um processo que pode ser observado em todo território brasileiro. No Estado do Paraná esse processo teve início na década de 1980 e se intensifica na década seguinte com a ocupação de áreas em todo estado. A ocupação é uma forma que os trabalhadores encontraram para pressionar os governos federal e estadual para acelerar o processo de Reforma Agrária. Essa pesquisa tem como um dos seus objetivos identificar o processo de territorialização dos assentamentos da Reforma Agrária na Mesorregião Centro-Ocidental Paranaense, bem como, verificar as transformações ocorridas nos espaços territorializados por dois assentamentos, Santo Rei e José Arnaldo dos Santos, localizados no município de Nova Cantú. Ao longo dessa pesquisa discutimos as mudanças ocorridas no espaço rural com a modernização da agricultura e a concentração fundiária, assim como, as dificuldades de implementação do programa de Reforma Agrária durante o período do Governo Militar. Também identificamos as dificuldades dos trabalhadores em terem acesso à terra e, posteriormente, permanência na terra, diante da necessidade de políticas públicas voltadas para produção e geração de renda. Verificamos durante a pesquisa essas dificuldades que os trabalhadores enfrentam para se manter na terra, e a apropriação das áreas dos assentamentos pelo capital por meio de culturas modernas.

Palavras-chave: Território. Modernização da agricultura. Reforma Agrária. Sem-terra. Capitalismo.

THE TERRITORIALIZATION OF RURAL AGRICULTURAL REFORM SETTLES IN THE CENTRAL-WEST MESOREGION OF PARANÁ

ABSTRACT

The territorialization, deterritorialization and reterritorialization of the rural settlements linked to the Landless Rural Workers' Movement (MST) is a process that can be observed throughout the Brazilian territory. In the State of Paraná this process began in the 1980s and it intensified in the following decade with the occupation of areas throughout the state. The occupation is a way that workers found to pressure the Federal and State governments to accelerate the Agrarian Reform process. This research has as one of its aims identifying the process of territorialization of the Agrarian Reform settlements in the Central Western Paraense Mesoregion, as well as, verifying the transformations that occurred in the spaces territorialized by two settlements, Santo Rei and José Arnaldo dos Santos, located in Nova Cantú city. Throughout this research, we discussed the changes that occurred in rural areas with the modernization of the agriculture and land concentration, as well as, the difficulties of implementing the Agrarian Reform program during the period of the Military Government. We also identified the difficulties of workers in having access to the land and, later, staying on the land, given the need for public policies turned to production and permanence. During the research, we verified the difficulties that workers face to maintain themselves on the land, and the appropriation of the settlement areas by capital through modern cultures.

Keywords: Territory. Mesoregion. Landless rural workers. Capitalism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 – Localização da Mesorregião Centro-Ocidental Paranaense	19
Figura 2 – A Territorialização dos assentamentos rurais da Reforma Agrária nas Mesorregiões Paranaenses.....	56
Figura 3 – A territorialização do MST na Mesorregião (1988).....	59
Figura 4 – A territorialização do MST na Mesorregião (1997).....	60
Figura 5 – A territorialização do MST na Mesorregião (1998).....	60
Figura 6 – A territorialização do MST na Mesorregião (1999).....	61
Figura 7 – A territorialização do MST na Mesorregião (2000).....	61
Figura 8 – A territorialização do MST na Mesorregião (2001).....	62
Figura 9 – A territorialização do MST na Mesorregião (2005).....	62
Figura 10 – A territorialização do MST na Mesorregião	63
Figura 11 – Notícia Folha de São Paulo	71
Figura 12 – Imagem de satélite da área do município de Nova Cantú e a localização dos assentamentos	85

IMAGENS

Imagem 1 – Imagem de uma reportagem do jornal Tribuna do Interior	57
Imagem 2 – Ocupação de propriedade do Banco do Brasil	63
Imagem 3 – Manifestação dos trabalhadores rurais.....	64
Imagem 4 – Manifestação dos trabalhadores rurais.....	65
Imagem 5 – Manifestações dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra no município de Peabiru.....	65
Imagem 6 – Vista parcial do acampamento às margens da Rodovia BR-553.....	67
Imagem 7 – Vista parcial do acampamento do MST, despejados da Fazenda Marajó.	67
Imagem 8 – Manifestações dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra no município de Quinta do Sol.....	68
Imagem 9 – Recorte de uma reportagem sobre a ocupação de terras na região de Campo Mourão.....	69

Imagem 10 – Criança no seu barraco nas margens da Rodovia PR-239	72
Imagem 11 – Montagem de fotos da mandioca consorciada com o feijão e da criação animais de pequeno porte	76
Imagem 12 – Área preparada para o plantio da soja, e ao fundo um pequeno rebanho produtor de leite	77
Imagem 13 – Montagem da vista parcial dos lotes no assentamento Santo Rei	79
Imagem 14 – Vista parcial de um dos primeiros barracos no assentamento José Arnaldo dos Santos.....	82
Imagem 15 – Assentamento José Arnaldo dos Santos.....	83
Imagem 16 – Montagem do Assentamento José Arnaldo dos Santos	84

QUADROS

Quadro 1 – Estrutura organizativa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).....	38
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução Populacional do Estado do Paraná (1970 a 2010)	49
Tabela 2 – Assentamentos do Estado do Paraná por Mesorregiões (2010)	55
Tabela 3 – Número de famílias assentadas e data de criação dos assentamentos na Mesorregião.....	58
Tabela 4 – Produtividade do assentamento Santo Rei no ano de 2021.....	80
Tabela 5 – Produtividade do assentamento José Arnaldo dos Santos no ano de 2021.....	86

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANCA – Associação Nacional de Cooperação Agrícola
CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
FHC – Fernando Henrique Cardoso
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
II PNRA – II Plano Nacional de Reforma Agrária
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
ITERRA – Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária
MASTER – Movimento dos Agricultores Sem-Terra
NERA-DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra-
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária
PRONAF – Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar
PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria
PT – Partido dos Trabalhadores
SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural
SUPRA – Superintendência de Política Agrária
TCU – Tribunal de Contas da União
T-D-R – territorialização, desterritorialização e reterritorialização
UDR – União Democrática Ruralista
ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 AS BASES TEÓRICAS DO TERRITÓRIO, TERRITORIALIZAÇÃO E DESTERRITORIALIZAÇÃO	18
1.1 O TERRITÓRIO, TERRITORIALIZAÇÃO E DESTERRITORIALIZAÇÃO.....	20
2 AS TRANSFORMAÇÕES NO CAMPO E A TERRITORIALIZAÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA NO BRASIL	27
2.1 A MODERNIZAÇÃO DO CAMPO E A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA.....	27
2.2 A FUNDAÇÃO DO MST.....	34
2.3 EXPANSÃO E TERRITORIALIZAÇÃO DO MST.....	36
3 AS TRANSFORMAÇÕES NO CAMPO E A TERRITORIALIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS NA MESORREGIÃO CENTRO-OCIDENTAL PARANAENSE	47
3.1 OCUPAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO CONTEXTO REGIONAL.....	47
3.2 DESTERRITORIALIZAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS.....	50
3.3 TERRITORIALIZAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS NOS ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA.....	53
4 A TERRITORIALIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS JOSÉ ARNALDO DOS SANTOS E SANTO REI	70
4.1 ASSENTAMENTO SANTO REI.....	70
4.2 IDENTIDADE E ORIGEM DOS TRABALHADORES DO ASSENTAMENTO SANTO REI.....	73
4.3 A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DO ASSENTAMENTO SANTO REI.....	75
4.4 ASSENTAMENTO JOSÉ ARNALDO DOS SANTOS.....	81
4.5 O PRECONCEITO POR PERTENCER AO MST.....	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
REFERÊNCIAS	91
APÊNDICES	101

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa discorre a respeito da territorialização dos assentamentos rurais de reforma agrária na Mesorregião Centro-Ocidental Paranaense, vinculados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Os assentamentos da Reforma Agrária na Mesorregião surgiram nas últimas décadas devido as transformações que ocorreram no campo, marcadas pela modernização da agricultura. É notório que os trabalhadores rurais que se incorporaram ao movimento social, foram, sobretudo, os que mais sofreram, resultando no processo do êxodo rural.

A década de 1990 consistiu no marco do avanço do processo de territorialização dos trabalhadores rurais sem-terra, com a organização de acampamentos, de assentamentos e de luta pela permanência na terra, inclusive, no Paraná. Por outro lado, havia também, o descaso dos governos Federal e Estadual com a Reforma Agrária e com as políticas públicas de assistência à produção e à permanência desses trabalhadores. Em termos regionais, nesse período de territorialização dos assentamentos na Mesorregião, especialmente no município de Nova Cantú também ocorria a rejeição pela população em aceitar esses trabalhadores sem-terra.

A história de luta e conquista da terra pelos sem-terra no município de Nova Cantú ocorreu de forma conflituosa. Inicialmente, os trabalhadores organizaram os acampamentos em meio a constantes conflitos com os fazendeiros, detentores da posse das terras, e posteriormente, outra luta travada pelos acampados foi em relação a produção, comercialização e créditos rurais.

Para analisar esse processo de territorialização dos trabalhadores rurais sem-terra na Mesorregião foi necessário realizar uma abordagem histórica sobre a Reforma Agrária brasileira, bem como, sobre as transformações no campo promovidas pela modernização da agricultura e seus efeitos para os trabalhadores rurais. Ainda nessa pesquisa, buscamos discutir sobre as ocupações dos territórios do MST no município de Nova Cantú.

Para realizar o estudo em questão, foram selecionados dois assentamentos, José Arnaldo dos Santos e Santo Rei, pelo fato de serem os assentamentos com o maior número de famílias assentadas. Além disso, o assentamento Santo Rei foi o

primeiro a ser criado na Mesorregião.

Nesta dissertação, entendemos o território como categoria de análise, que pode ser explicado perante a premissa de que a luta pela terra é a luta pelo território, o qual, por sua vez, significa espaço apropriado “[...] onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

O território está atrelado a manifestações de poder, ou seja, ele diz respeito ao espaço apropriado, concreto ou abstratamente, e é determinado por relações sociais, as quais são marcadas pelo exercício do poder. Neste sentido, discutimos também sobre o poder dos grupos sociais, neste caso, dos trabalhadores rurais sem-terra da região, como forma de resistência para o acesso e a permanência na terra, uma vez que a região é caracterizada pelo agronegócio e concentração fundiária.

De acordo com os Censos Agropecuários de 1970, 1980, 1996 e de 2006, foi possível identificar as ações do capital sobre a área rural de forma seletiva, o que resultou na extinção das pequenas propriedades (ANDRADE, 2010). Nessa nova organização do espaço rural, as culturas de subsistência eram praticadas nas pequenas e médias propriedades, as quais foram perdendo espaço, principalmente para as culturas modernas, como as de soja e de trigo, que com o passar do tempo vem ganhando cada vez mais espaço no campo.

Nesta conjuntura, a mesorregião passou por uma reorganização de sua estrutura fundiária, desde a região constituída de pequenas e médias propriedades rurais com culturas de subsistência, à região de médias e grandes propriedades formada pelas culturas modernas.

Quanto às questões teóricas e metodológicas, esta pesquisa se pauta nos conceitos de território e, por extensão, de desterritorialização e de territorialidade, nos pautamos nas discussões de Rogério Haesbaert (2004, 2006, 2007); Claude Raffestin (1993); Marcelo José Lopes de Souza (2003), entre outros.

Sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, bem como, sobre as transformações no campo, nos baseamos nos estudos de Elpidio Serra (1991); Bernardo Fernandes Mançano (1994); Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2005); José de Souza Martins (1991); Áurea Viana de Andrade (2005, 2013), entre outros.

Também realizamos o estudo empírico, por meio de visitas *in loco* nos assentamentos, para reconhecimento da área em estudo e aplicação de

questionário e a realização de entrevistas, por meio dessas entrevistas foi possível verificar a história de luta dos trabalhadores, a realidade vivida por eles desde o processo de ocupação até os dias atuais. Realizamos um total de quinze entrevistas, as quais foram feitas com as lideranças dos assentamentos, assentados e representantes da sociedade, a nível público e privado. As entrevistas com as lideranças foram necessárias para compreender as dificuldades de acesso aos recursos financeiros, infraestrutura e de produção.

Durante a pesquisa também foram entrevistados os seguintes sujeitos: o secretário de agricultura, o representante da Emater, o presidente do Sindicato Rural, o representante do legislativo (vereador), o representante da educação, o professor dos estudantes dos assentamentos.

Essas entrevistas foram realizadas de forma semiestruturada. As entrevistas realizadas com os assentados ocorreram nas residências dos mesmos, já as entrevistas com os demais entrevistados ocorreram em locais públicos. Ressaltamos que em todas as entrevistas respeitamos as normas de prevenção sugeridas pela secretaria de saúde para prevenção da Covid-19.

A pesquisa empírica foi realizada entre outubro de 2020 e novembro de 2021. Para a realização das entrevistas e aplicação dos questionários foram utilizados alguns equipamentos, como: câmera fotográfica, caderno de anotações e gravador de voz e celular.

Os questionários foram realizados por amostragem com 50% das famílias assentadas no assentamento Santo Rei e assentamento José Arnaldo dos Santos, totalizando 57 famílias. De acordo com Colognese e Mélo (1998), em se tratando de pesquisa de amostragem, é importante que seja analisado o contexto das relações sociais que estão sendo averiguadas para além do número de entrevistados. Dessa forma, compreendemos o quanto essa abordagem contribuiu para a compreensão da análise.

O estudo também foi composto por levantamentos de dados e documentos dos órgãos públicos, como INCRA, IPARDES, IBGE, entre outros. Os dados foram tabulados, analisados e serviram como suporte para o mapeamento das redes de relações sociais (comunicação e circulação).

As leituras e as informações foram fundamentais para a análise, a interpretação e a reflexão sobre o processo estudado. O método científico utilizado para a realização dessa pesquisa foi o Materialismo Histórico Dialético. A escolha

desse método se justifica com base nos estudos de Costa e Rocha (2010), pela relação entre a teoria e a prática e pela compreensão do mundo como dinâmico, contraditório e histórico. Sendo assim, o método permite entender criticamente o objeto de estudo e compreende a ciência como transformadora da realidade.

A pesquisa está disposta em quatro capítulos. No primeiro capítulo, destacamos os pressupostos teóricos do território, territorialização e desterritorialização. No segundo capítulo, discutimos sobre a modernização da agricultura e seus efeitos no campo, os quais proporcionam mudanças nas relações de trabalho e na produção de políticas que visam priorizar os latifundiários e deixar à margem uma agricultura praticada nas pequenas e médias propriedades rurais. Abordaremos, também nesse capítulo, a luta pela realização de uma Reforma Agrária, bem como, a formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST.

No terceiro capítulo, apresentamos as transformações no campo e a territorialização dos assentamentos rurais na Mesorregião Centro-Ocidental Paranaense. No quarto e último capítulo, apresentamos os resultados da pesquisa empírica realizada nos assentamentos José Arnaldo dos Santos e Santo Rei. Os resultados indicam que, desde a territorialização dos trabalhadores sem-terra nos assentamentos da reforma agrária há uma constante luta pela permanência na terra e a perda de identidade com o Movimento, especialmente em relação à estrutura organizativa e às orientações para produção de alimentos saudáveis.

1 AS BASES TEÓRICAS DO TERRITÓRIO, TERRITORIALIZAÇÃO E DESTERRITORIALIZAÇÃO

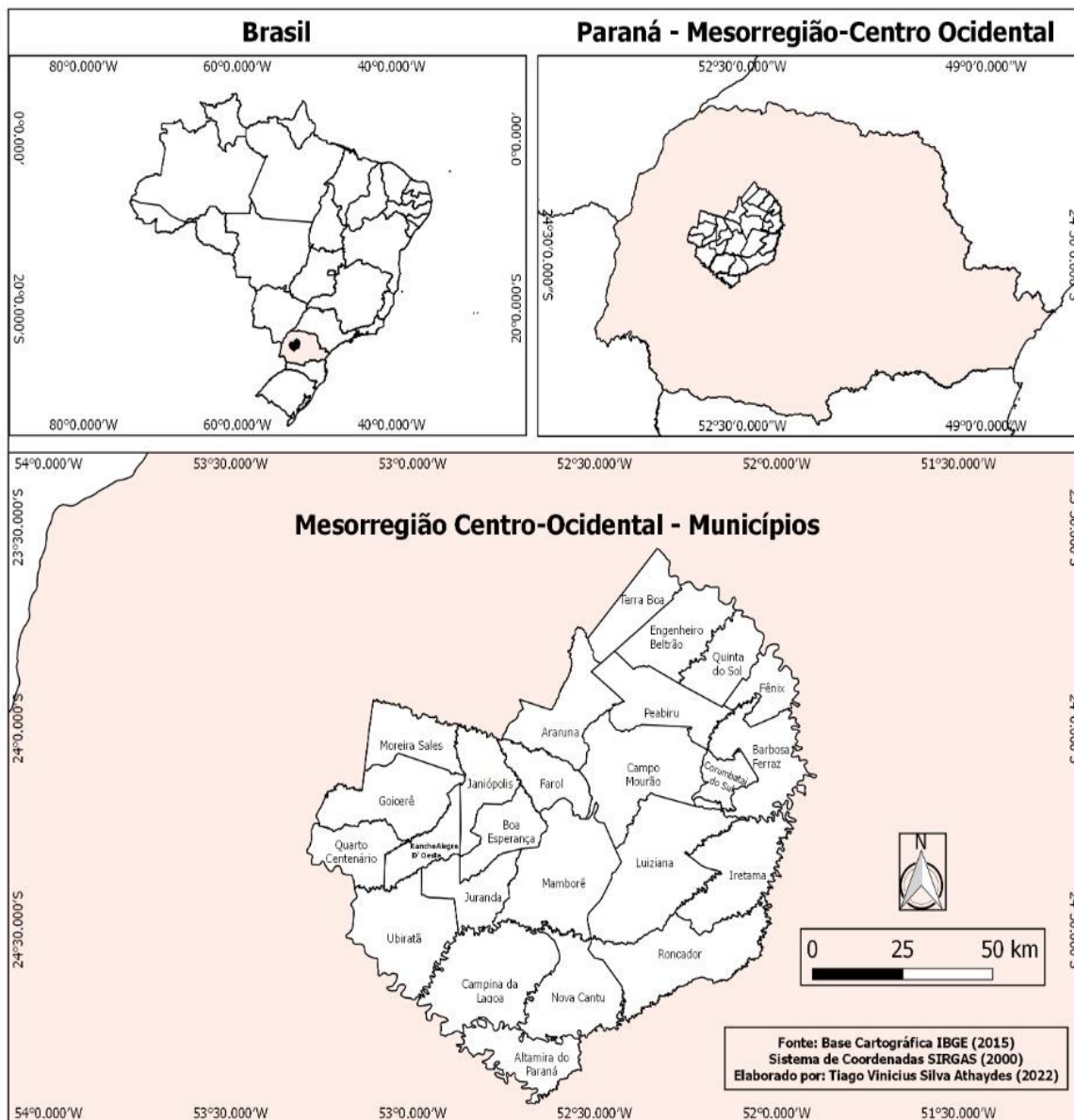
Este capítulo tem como objetivo apresentar uma breve abordagem da Mesorregião Centro-Ocidental Paranaense, bem como, debater sobre as principais bases teóricas que norteiam os conceitos de território, territorialização e desterritorialização. Em resumo, nossos desdobramentos teóricos estão centrados no conceito de território e seus correlatos.

A territorialização ocorreu a partir de acampamentos e, posteriormente, assentamentos, levando aos movimentos sociais que lutam pela reforma agrária no país, os quais resistem ao tempo e às repressões. As peculiaridades desse processo representam a dinâmica desses movimentos sociais sobre o espaço e a construção deles por meio da práxis social, da política e da economia. Tais práxis moldam a territorialidade dos assentamentos em confluência à vários elementos, fatores e condicionantes. Um desses elementos é o contexto territorial em que os assentamentos estão inseridos, e também, as práticas dos grupos sobre esse espaço, o que levou à territorialização na Mesorregião.

Ainda que esta pesquisa faça uma discussão de território, nosso recorte espacial corresponde à Mesorregião Centro-Ocidental Paranaense, (figura1) composta por duas microrregiões, Goioerê e Campo Mourão, com uma população de 334.125 habitantes (IBGE, 2010). Essa mesorregião apresenta duas áreas fisiográficas distintas, sendo uma composta pelo relevo plano suave ondulado, ocupando 70% da área da mesorregião e a outra com relevo classificado como ondulado, havendo dois tipos de decomposição das rochas: areníticas e basálticas (MAACK, 1981). Ressaltando que, onde ocorre o solo basáltico, apesar da maior fertilidade, são áreas localizadas em declividade mais profunda. Já onde ocorrem os solos de arenito Caiuá, são as localidades com terreno mais plano, porém, com fertilidade menor.

Segundo o IBGE (2006), a produção de grãos, especialmente da soja, do milho e do trigo, está no topo das principais atividades econômicas da mesorregião.

Figura 1 – Localização da Mesorregião Centro-Occidental Paranaense



Fonte: IBGE, 2010. Org. Viviane Aparecida da Silva, 2020.

Segundo os dados analisados, na mesorregião nenhum município atinge a média de IDH-M do Estado (0,787). O maior IDH-M na região está em 0,774 e o menor em 0,677. Assim, a região apresenta uma das mais altas taxas de pobreza do Estado, sendo superiores a 30% do total de famílias. É importante destacar que, de acordo com os dados do IPARDES (2004), nos municípios dessa mesorregião que possuem o menor IDH predominam aqueles com menor área territorial e com maior número da população rural.

Os reflexos da modernização da agricultura ainda se manifestam na região. Segundo os estudos de Andrade (2013, p. 245) a região é constituída de “dois

territórios, o do capital e o de luta”. O território do capital representa o agronegócio, como a produção de *commodities*, especialmente em Campo Mourão, que tem apresentado um crescimento econômico célere. Por outro lado, há os pequenos municípios, que correspondem ao “território de luta”, os quais não se desenvolvem economicamente, apresentando baixos Índices do Desenvolvimento Humano, proposta pela PNUD/ONU. É nesse contexto de desigualdade que se encontra o município de Nova Cantú, local em que muitos trabalhadores rurais desterritorializados do campo retornam por meio da luta e territorializam em áreas pacíficas da Reforma Agrária.

Para maior compreensão de como se dão esses processos de (des)territorialização dos trabalhadores rurais na Mesorregião nos assentamentos da Reforma Agrária, é necessária uma discussão acerca dos conceitos de território, territorialização e desterritorialização, como observaremos a seguir.

1.1 O TERRITÓRIO, TERRITORIALIZAÇÃO E DESTERRITORIALIZAÇÃO

O território para Raffestin (1993) trata-se de um espaço transformado pelas relações de trabalho. Em outras palavras, o território é transformado por relações sociais, de poder e de dominação, que resulta em territorialidades manifestadas no espaço, a partir das relações cotidianas, na construção de comunicação e circulação (malhas, nós e redes).

Raffestin (1993), também discute o processo TDR (territorialização, desterritorialização e reterritorialização), nas diferentes dimensões, especialmente a econômica, com seus signos, sinais, códigos. Esse processo é construído pelas relações de comunicação e circulação de mercadorias e de pessoas em diferentes escalas. A territorialização, para Raffestin (1993), é um processo de relações sociais, de perda e reconstrução de relações, de territorialidades, ou seja, um processo relacional (SAQUET, 2007).

Os conceitos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização são de suma importância quando se discute noções de território e suas relações com a Reforma Agrária. Nos estudos geográficos, entende-se como processo de territorialização as questões relacionadas às ações dos indivíduos na busca pela conquista do espaço, transformando-o e transferindo suas expressões e marcas, sejam materiais (processo de dominação mais concreto) ou imateriais (por exemplo,

termos jurídico-políticos). Essas são relações sociais que se tecem nos territórios, ou seja, são relações de poder.

A respeito dessa contextualização, Haesbaert (2004) traz em seus estudos as noções de espaço-poder. Dentro dos termos imateriais da territorialização, ocorre a produção de identidade, subjetividade e simbolismos com certo lugar. O autor discute ainda que, o território também assume um viés multidimensional (político-jurídico, econômico e culturalista), e os movimentos dos agentes e grupos entrando e saindo de territórios (tidos como seus e de outros) manifestam os processos de desterritorializações e reterritorializações.

Diante do exposto, é importante mencionar que, quando se trata de exclusão (saída ou entrada imposta), a territorialização e desterritorialização são entendidas como fenômenos amplos, complexos e, conforme citado anteriormente, ao mesmo tempo de natureza econômica, política e cultural. Nesse contexto, o processo de desterritorialização e reterritorialização pode ser entendido como uma transição demográfica e cultural inerente à refuncionalização territorial, que inclui as diferenças e as mudanças para um grupo social, originadas com a passagem de um território a outro. Nesse sentido, pode-se considerar o movimento dos trabalhadores rurais, que historicamente está relacionado ao processo de desterritorialização do campo e a reterritorialização na forma de acampamentos e assentamentos.

O processo ideal estudado por Haesbaert (2004) seria a desterritorialização seguida da reterritorialização, pois, aquela é uma concepção que só se torna coerente se acompanhada dessa, ou aplicada isoladamente. Ou seja, a desterritorialização é coerente somente quando há a efetiva estabilização e fragilização territorial, com destaque para os grupos mais excluídos socioeconomicamente e profundamente segregados, sendo impossibilitados de construir e exercer controle sobre seu território.

De acordo com Raffestin (1993), a desterritorialização, inicialmente, apresenta-se como uma crise de limites nas territorialidades já existentes. O autor demonstra que, com a desterritorialização sempre haverá uma reterritorialização, levando ao processo denominado “T-D-R (territorialização, desterritorialização e reterritorialização)” (RAFFESTIN, 1993, p. 275). No entanto, com a desterritorialização por meio das inovações que levaram às modificações das organizações das relações de poder no espaço, ocorre uma reterritorialização e, desse modo, a organização permanecerá estável até uma nova mudança,

ocasionando, assim, um contínuo processo de desterritorialização.

O processo de um território a outro, ou ainda a fragilização nessa dinâmica, pode levar à inclusão de inúmeras pessoas, sendo denominado por Haesbaert (2006) de “aglomerados de exclusão”:

Temos assim, num extremo, os ‘aglomerados de exclusão’ grupos de indivíduos totalmente desenraizados ou desterritorializados, cujo único objetivo, praticamente é a sobrevivência física cotidiana e, no outro extremo, os ‘territorialismos’, espaços cujos grupos se fecham ao diálogo com o outro e se prendem a identidades, muitas vezes reacionárias e conservadoras, como única forma de sentirem reintegrados socialmente. (HAESBAERT, 2006, p. 105).

Da mesma forma que as migrações, a exclusão como desterritorialização deve ser analisada a partir das múltiplas dimensões geográficas, especialmente a política. Assim sendo, pode-se dizer que a desterritorialização está “ligada à hibridização cultural que impede o reconhecimento de identidades claramente definidas – o território aqui é, antes de tudo, um território simbólico, ou um espaço de referência para a construção de identidades” (HAESBAERT, 2007, p. 35).

Podemos observar que, no processo da desterritorialização à reterritorialização, territórios flutuantes ou transitórios podem ser construídos por esses grupos sociais. Aqui, pode-se compreender a ideia de territórios flutuantes, ligados à trajetória da luta pela terra. A título de exemplo, é possível considerar que os trabalhadores sem-terra, ao serem excluídos do processo produtivo, tornam-se desterritorializados do vínculo com a terra, mas nem por isso deixam de construir e organizar territórios nos itinerários da Reforma Agrária.

Pensando desde o momento em que decidem ingressar nos movimentos sociais, na vida dos acampamentos e, posteriormente, na territorialização dos assentamentos de Reforma Agrária, é possível reconhecer múltiplos territórios vividos por esses trabalhadores sem-terra. Desse modo, tratam-se de territórios flutuantes que foram construídos em cada momento do processo da reforma agrária.

A respeito desses múltiplos territórios construídos, Souza (2003) afirma que:

Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (p. ex., uma rua) à internacional (p. ex., a área formada pelo conjunto dos territórios dos países-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN); territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos,

décadas, anos, meses ou dias, territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica. (SOUZA, 2003, p. 81)

Tal afirmação, referente à concepção de territórios flutuantes e dos múltiplos territórios habitados pelos trabalhadores rurais sem-terra, nos leva ao debate em torno da multiterritorialidade, conceito que surge como uma resposta ao conceito de desterritorialização, o qual nos leva a entender que os grupos humanos não são necessariamente desterritorializados, mas constroem e vivem multiterritorialidades.

Retomando Haesbaert (2007), a respeito desse entendimento, observa-se que:

Na verdade, muito mais do que perderem vínculos de identificação com espaços determinados, 'desterritorializando-se', o mais comum é que as pessoas e os grupos sociais desenvolvam concomitantemente, vínculos identitários com mais de um território ao mesmo tempo, ou com territórios que em si mesmos manifestam características muito mais instáveis, múltiplas e/ou híbridas. Trata-se assim de um claro processo de 'multiterritorialização', seja de forma sucessiva, vivenciando-se alternadamente distintos territórios, seja de forma simultânea, tanto no sentido de apropriar-se de um espaço marcado pela multiplicidade cultural, quanto no sentido de 'acessar' e exercer influência sobre distintos territórios (via ciberespaço, notadamente). (HAESBAERT, 2007, p. 49).

A configuração de multiterritorialidades ocorre, conforme visto, pela possibilidade existente da globalização, a qual estabelece processos de apropriação em pontos distantes do espaço e envolve diferentes escalas (dimensão tecnológica, cultural e outras referentes à instabilidade das geometrias de poder). Diante disso, os trabalhadores rurais sem-terra configuram a chamada multiterritorialidade, muito mais que uma desterritorialização, pois, não necessariamente perdem seus territórios, mas passam a habitar múltiplos territórios em busca da territorialização, isto é, o acesso à terra, o que pode ser evidenciado nas histórias de vida de diversas famílias e de movimentos sociais rurais, assuntos que compõem parte dos estudos dessa pesquisa.

O contexto da multiterritorialidade é definido por Haesbaert (2004, p. 68) como "espaços que as pessoas defendem pela exclusão de algumas atividades e inclusão daquelas que realçam mais precisamente o que elas querem defender no território". A respeito disso, Godelier (1984 *apud* HAESBAERT, 2004, p. 69) define a apropriação do território como uma "apropriação simbólica", pois:

[...] o que reivindica uma sociedade ao se apropriar de um território é o acesso, o controle e o uso, tanto das realidades visíveis quanto dos poderes invisíveis que os compõem, e que parecem partilhar o domínio das condições de reprodução da vida dos homens, tanto a delas própria quanto a dos recursos dos quais eles dependem. (GODELIER, *apud* HAESBAERT, 2004, p. 69).

Desse modo, o território não se apresenta apenas como algo de posse ou algo externo ao social, mas deve ser considerado como uma parcela de identidade e como a fonte de uma relação afetiva com o espaço. Por isso, o território passa a ser o construtor das identidades, ocasionando, assim, na produção de identidade, subjetividade e simbolismos com certo lugar, visto que, “[...] não há indivíduo ou grupo social sem território, quer dizer, sem relação de dominação e/ou apropriação do espaço, seja ela de caráter predominantemente material ou simbólico” (HAESBAERT, 2004, p. 339).

Para que se efetive e formalize a dominação/apropriação do território conquistado deve ocorrer um arranjo por área, uma demarcação de fronteiras, levando a um controle determinado dos que estão dentro e fora do território, uma vez que,

[...] toda relação de poder espacialmente mediada é também produtora de identidade, pois controla, distingue, separa e, ao separar, de alguma forma nomeia e classifica os indivíduos e os grupos sociais. E vice-versa: todo processo de identificação social é também uma relação política, acionada como estratégia em momentos de conflito e/ou negociação. (HAESBAERT, 2004, p. 89).

Haesbaert (2004, p. 96) destaca ainda que, “enquanto alguns grupos se territorializam numa razoável integração entre dominação e apropriação, outros podem estar territorializados basicamente pelo viés da dominação, num sentido mais funcional, não apropriativo”.

Nesse sentido, Lefebvre (1986) discorre a respeito da apropriação ou posse do espaço:

De um espaço natural modificado para servir às necessidades e às possibilidades de um grupo, pode-se dizer que este grupo se apropria dele. A posse (propriedade) não foi senão uma condição e mais frequentemente um desvio desta atividade ‘apropriativa’ que alcança seu ápice na obra de arte (LEFEBVRE, 1986, p. 192).

Souza (2003) afirma também que, o território contém dois elementos-chave: o primeiro é o espaço, a área onde o ator, ou seja, o indivíduo, conquista e organiza

suas transformações; e o segundo é o poder, que proporciona a capacidade de se apropriar, territorializar no espaço. Para Souza (2003, p. 78), o território é fundamentalmente “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”.

Dessa maneira, podemos compreender que o território existe em escalas e tempos distintos, podendo existir por séculos, décadas, anos e, até mesmo, dias e meses, bem como, pode ter um caráter permanente e um ciclo ou periódico. Assim, vale ressaltar que, todo território pressupõe um espaço social, mas nem todo espaço social é um território.

A respeito das relações culturais e políticas da sociedade, Souza (2003) discute acerca do território, pontuando que este “[...] será um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre ‘nós’ (o grupo, os membros [...]) e os ‘outros’ (os de fora, os estranhos)”. (SOUZA, 2003, p. 86).

Para Souza (2003), o território deve ser controlado para que haja uma justiça social, destacando que:

O controle do território deve ser elevado a um plano de grande relevância também quando da formulação de estratégias de desenvolvimento sócio-espacial em sentido amplo, não meramente econômico-capitalístico, isto é, que contribuam para uma maior justiça social e não se limitam a clamar por crescimento econômico e modernização tecnológica. (SOUZA, 2003, p. 100-101).

Conforme discutido anteriormente a noção de território de Raffestin (1993) em que assegura que ao se apropriar de um espaço, concreto ou abstrato, o ator “territorializa-o” por meio do trabalho. Ainda de acordo com o autor, “o território é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder”. (RAFFESTIN, 1993, p. 144). O território é, ainda, uma fração conquistada do espaço: “O espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator (que realiza um programa)”. (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Portanto, a produção do espaço resulta no território, conforme assegura Raffestin (1993):

O espaço é, portanto, anterior, preexistente a qualquer ação. O espaço é de certa forma, ‘dado’ como se fosse uma matéria-prima. Preexistente a

qualquer ação. 'Local' de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar. Evidentemente, o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolvem, se inscreve num campo de poder (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Em conformidade com Raffestin (1993, p. 144), "o território é um trunfo particular, recurso e entrave, continente e conteúdo, tudo ao mesmo tempo. O território é o espaço político por excelência, o campo da ação dos trunfos". Dessa maneira, pode-se compreender que a luta pela terra é em busca da conquista para se territorializar.

Essa territorialização é expressa pelos movimentos cotidianos dos sujeitos, os quais ocupam e se apropriam do espaço e ali manifestam suas formas e seus processos. Raffestin (1993) expõe que esse fenômeno é identificado como territorialidade e, observa que:

A territorialidade assume um valor bem particular, pois reflete o multidimensionamento do 'vivido' territorial pelos membros de uma coletividade, pela sociedade em geral. Os homens vivem ao mesmo tempo o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivas. (RAFFESTIN, 1993, p. 158).

Isso posto, o território ganha uma identidade, que é particular, mas ao mesmo tempo está associada a um contexto complexo, que une movimentos semelhantes em escalas distintas. O espaço conquistado (território) de base física é único, porém, suas ações e seus processos podem ser reproduzidos em diferentes escalas, compondo a identidade simbólica da ação, como ocorre com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), por exemplo, assunto que será discutido na próxima seção. Esse movimento, por meio dos acampamentos e assentamentos, ocupou-se de uma fração do espaço transformado pelo trabalho, constituindo uma produção humana de lutas de classes.

2 AS TRANSFORMAÇÕES NO CAMPO E A TERRITORIALIZAÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA NO BRASIL

A forma de ocupação e exploração do território brasileiro contribuiu, de certa forma, para a construção da desigualdade social vivenciada na atualidade. Para entender a Reforma Agrária deve-se compreender que ela é o resultado de diversos processos históricos desenvolvidos ao longo dos cinco séculos, por meio de ações políticas que visam privilegiar uma determinada classe: os latifundiários, os empresários do campo, ou seja, uma classe dominante em detrimento da classe dos trabalhadores e dos pequenos agricultores.

O modelo de produção agrícola que ficou conhecido como modernização da agricultura foi outra ação política que de certa forma privilegiou uma classe de agricultores.

Para contrapor essa política que privilegia uma classe social, surgem os movimentos contrários à hegemonia dominante e às práticas políticas que mantinham os latifúndios, beneficiando apenas uma parcela da população. Isso porque, com a apropriação de terras e a exploração de trabalhadores, por meio de longas jornadas de trabalhos, sendo essas, muitas vezes, quase sem remuneração, eram mantidos os sistemas social e econômico que sustentavam a formação dos latifúndios.

2.1 A MODERNIZAÇÃO DO CAMPO E A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA

No decorrer das décadas de 1950/60, iniciou-se no país um modelo de produção conhecido como modernização da agricultura. Com esse modelo, os agricultores, especialmente das médias e das grandes propriedades rurais, passaram a fazer uso de máquinas, insumos, adubos, fertilizantes e inseticidas, atendendo as necessidades das indústrias, ocasionando, dessa forma, mudanças expressivas no campo.

Conforme relata Piori *et al.* (2012), todos esses aparatos fornecidos pelas indústrias para fortalecer e aumentar a produção rural trouxeram pontos negativos, visto que, muitos trabalhadores rurais ficaram sem seu trabalho. Desse modo, essa evolução tecnológica promoveu a desterritorialização dos trabalhadores rurais,

fortalecendo a concentração de terras e, conseqüentemente, acirrando a desigualdade social.

A transformação do latifúndio em empresa rural foi uma solução encontrada pela classe dominante para resolver o problema agrícola, ou seja, não era necessária a Reforma Agrária, bastava modernizar as propriedades para que passassem a produzir em escala, aumentando a produção.

A respeito disso, Miralha (2006) ressalta que:

Essa solução encontrada favoreceu os interesses da oligarquia agrária, mantendo inalterada a estrutura fundiária e os interesses da burguesia industrial, pois a agricultura passava a ser grande consumidora dos produtos da indústria. Nesse sentido, a possibilidade de uma reforma agrária, com um possível apoio da burguesia industrial, não mais existia, se é que ela chegou a existir de fato. A reforma agrária passaria a depender da pressão dos movimentos sociais. (MIRALHA, 2006, p. 32).

Silva (1982) afirma que, as transformações técnicas na agricultura e a organização da produção ocorreram paralelamente, sendo que, os resultados dessas transformações refletiram nas relações sociais. O uso da mão de obra e de trabalhadores volantes assalariados é um exemplo dessa nova forma de produzir. Muitos desses trabalhadores eram produtores nas pequenas propriedades e tiveram suas terras incorporadas pelas grandes propriedades, passando a utilizar um novo cenário produtivo: a mecanização.

Nesse novo cenário prevalecia a concentração fundiária, a exclusão do trabalhador rural, a má remuneração e as condições precárias enfrentadas pelos trabalhadores no campo, configurando-se como um grande desafio para o país naquele momento histórico (1950-1960), pois, foi necessária uma reestruturação política, social e econômica.

Dessa forma, constitui-se a Reforma Agrária, conforme Oliveira (2007):

A reforma agrária constitui-se, portanto, em um conjunto de ações governamentais realizadas pelos países capitalistas visando modificar a estrutura fundiária de uma região ou de um país todo. Ela é feita através de mudanças na distribuição da propriedade e ou posse da terra e da renda com vista a assegurar melhorias nos ganhos sociais, políticos, culturais, técnicos, econômicos (crescimento da produção agrícola) e de reordenação do território. Este conjunto de atos de governo deriva de ações coordenadas, resultantes de um programa mais ou menos elaborado e que geralmente, exprime um conjunto de decisões governamentais ou a doutrina de um texto legal. (OLIVEIRA, 2007, p. 63).

A Reforma Agrária provoca alterações na estrutura fundiária, porém, sempre atrelada aos interesses políticos. Nesse sentido, sua efetivação, ou não, depende de quem está no governo em um determinado momento histórico. Um fator importante para se pensar a Reforma Agrária é o “clima” de insegurança alimentar, aliado à concentração da posse da terra e à improdutividade de muitas grandes propriedades, o que fez resultar na ideia, entre os setores mais progressistas da sociedade, da importância de se realizar uma reforma da estrutura agrária do país para solucionar o problema da escassez de alimentos e da concentração fundiária.

Delgado (2005) explica que:

[...] em razão da crise na oferta de alimentos no Brasil, que se constituía como um problema estrutural, a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) defendia a tese da mudança na estrutura fundiária e nas relações de trabalho no campo, sob o risco da geração de tensões estruturais sobre a inflação e crises de abastecimento interno, prejudicando assim a economia. (DELGADO, 2005, p. 2).

Com os debates sobre a necessidade de uma Reforma Agrária, contrapondo o novo cenário previsto pelos latifúndios e apoiando o projeto do então Presidente da República, João Goulart (1961/1964), grupos de pequenos produtores rurais e famílias de trabalhadores sem-terra, que viviam pagando arrendamento a latifundiários, foram se organizando e se estruturando. Nesse período, alguns dos principais movimentos sociais e políticos foram as Ligas Camponesas e os Sindicatos Rurais, que se caracterizavam como forma de resistência ao novo modelo econômico que se configurava no território brasileiro.

Conforme aponta Miralha (2006), os movimentos sociais e políticos que se iniciaram naquele momento foram se consolidando e se espalhando por todo o território nacional. O autor destaca ainda que, “[...] os movimentos sociais ganham força durante o governo de João Goulart, já que este presidente tinha ideias progressistas e entendia que a reforma agrária era fundamental, naquele momento, para complementar a modernização do país.” (MIRALHA, 2006, p. 156).

Tal feito seria um marco histórico, uma vez que o governo de João Goulart inspirava expectativas para o início de um processo da Reforma Agrária, criando a Superintendência de Política Agrária (SUPRA). Dessa maneira, as expectativas relacionadas a uma possível reforma cresceram e, com elas, surgiram vários movimentos no campo, como nas regiões nordeste e sul do Brasil, com a União dos

Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) e as mencionadas Ligas Camponesas.

Nesse sentido, merecem destaque as considerações de Serra (1991) a respeito do movimento camponês, que se consolidou a partir da década de 1950, quando ganhou forma e personalidade:

O despertar da consciência camponesa faz com que a luta individualizada evolua para a luta em grupo, para luta organizada que de pouco a pouco, como se fosse um vírus, vai contagiando milhares de posseiros e outros camponeses em todo o contexto nacional, inclusive no Paraná. (SERRA, 1991, p. 276).

No Rio Grande do Sul, no início da década de 1960, surge o Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MASTER), o qual contava com agricultores que passaram a trabalhar como assalariados rurais nas propriedades, pois, haviam perdido as suas terras ou os contratos de arrendamentos e de posse. Entre 1960 e 1964, o MASTER organizou 26 acampamentos no Rio Grande do Sul. Em 1963, esses “colonos”, como são chamados os pequenos agricultores no estado, ocuparam a Fazenda Sarandi, de aproximadamente 24.000 hectares.

Vale ressaltar a importância que os movimentos sociais tiveram diante dos debates citados, em razão de que, entre 1950 e 1964, como aponta Fernandes (1999), o movimento camponês se organizou enquanto classe, a partir das Ligas Camponesas, a ULTAB, o MASTER e vários outros movimentos que estavam na gênese do MST.

Em 1964, os militares assumiram o poder político do Brasil, por meio de um golpe de Estado, submetendo o país a um regime ditatorial, sob a égide do capitalismo. Nessa época, os movimentos sociais foram desmantelados e perseguidos. Ato institucionais foram promulgados, dando cada vez mais poder aos militares e acabando com os direitos dos cidadãos, já que qualquer movimentação que fosse contra o governo era violentamente reprimida. Desse modo, com o início dessa ditadura militar, as lutas populares sofreram uma violenta repressão.

Nesse mesmo ano, o presidente Marechal Castelo Branco decretou a primeira Lei de Reforma Agrária no Brasil: o Estatuto da Terra. Sobre essa lei, alguns autores divergem em suas opiniões, como por exemplo, Oliveira (2001), Fernandes (2000) e alguns materiais do MST, que afirmam que o Estatuto da Terra não saiu do papel, ou seja, que os militares não aplicaram a lei. Já Martins (1985), afirma que o

Estatuto da Terra foi aplicado, “[...] porque seu objetivo principal não era a reforma, e sim a expansão da agricultura empresarial, transformando antigos latifúndios em empresas rurais modernas e capitalistas; e isto, de fato, ocorreu.” (MARTINS, 1985, p. 35).

Para tentar fugir da censura, diversos movimentos sociais passaram a se unir aos membros progressistas da Igreja Católica, isto é, à Comissão Pastoral da Terra (CPT), o que permitiu que os reprimidos continuassem a se organizar. Vale lembrar que, os militares utilizaram a política de colonização, principalmente na região amazônica, para deslocar o contingente de trabalhadores, promovendo assentamentos, porém, não deram a devida assistência a eles. Posteriormente, muitas áreas desse projeto de assentamentos foram cedidas para grandes empresas. Como ocorreu em 1971, com a estratégia geoeconômica do governo militar, ao criar o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA).

A política de modernização dos militares ficou conhecida como modernização conservadora, visto que fortaleceu os mecanismos de produção, conservando, no entanto, a estrutura fundiária. Tanto Oliveira (2001) quanto Fernandes (2000) afirmam que, o regime militar alimentou os latifundiários com essas estratégias. De acordo com Fernandes (2000):

Os governos militares implantaram uma política de desenvolvimento agropecuário para a modernização do campo. Esse modelo causou transformações profundas, privilegiando a agricultura capitalista em detrimento da agricultura camponesa. Essas transformações geraram, de um lado, a modernização tecnológica financiada pelo Sistema Nacional de Crédito Rural, de modo que a agricultura passou a depender menos dos recursos naturais e cada vez mais da indústria produtora de insumos, consolidando o processo de industrialização da agricultura e promovendo o crescimento das relações de trabalho assalariado. Por outro lado, o campo brasileiro foi transformado em espaços de conflitos intensivos, pelo crescimento das desigualdades socioeconômicas. Esse modelo de modernização conservou a secular concentração da estrutura fundiária, intensificando a histórica luta pela terra e criou uma crise política que persiste até os dias de hoje. (FERNANDES, 2000, p. 49).

A política exercida pelos militares privilegiava as grandes empresas, por meio de incentivos financeiros, assim, essas passaram a se ocupar da agropecuária. Tratava-se de uma política de progressão tecnológica da agricultura, com mecanismos e investimentos financeiros fortes, tanto nos setores agrários quanto industriais, com incentivos para as grandes empresas nesses ramos.

À vista disso, fica evidente que o processo técnico na agricultura ficou restrito a poucos, ou seja, apenas para os grandes proprietários de terras. Além disso, somente algumas regiões brasileiras (que formaram os Complexos Agroindustriais-CAIs) foram privilegiadas; bem como, as atividades agrícolas que se destinavam ao mercado externo.

Segundo Silva (1982), o progresso técnico na agricultura não ocorreu de forma homogênea, isto é, não aconteceu em todas as regiões do país ao mesmo tempo. Para o autor, o processo técnico se configurou em um processo doloroso e conservador, uma vez que contribuiu para a “saída” de milhares de pessoas do campo em direção às cidades entre as décadas de 1960 e 1990, e objetivava introduzir inovações tecnológicas no campo (máquinas, sementes melhoradas, agrotóxicos etc.), todos esses aparatos subsidiados pelo Estado.

A modernização também foi devastadora e autoritária com o meio ambiente. Como destaca Andrade (2013):

Autoritária porque esta intensificou no período militar, e este foi marcado por um período em que cerceava o direito e a liberdade da sociedade; devastadora porque foi marcada por fortes impactos socioambientais, visto que a atividade econômica sempre está seguida pela degradação ambiental, e pela exploração desmedida dos recursos naturais. (ANDRADE, 2013, p. 126).

Em suma, o modelo agrário implantado pela ditadura militar era excludente, promovido pela modernização agrícola seletiva, que, por sua vez, excluía a pequena agricultura, e estimulava o êxodo rural e a exportação de produção, concentrando não só a terra, mas também os recursos para a agricultura. Assim sendo, “Com a expansão das grandes fazendas os pequenos agricultores foram perdendo suas terras, tendo que se mudar para as cidades em busca de uma nova maneira de ganhar a vida.” (SILVA; WEID; BIANCHINI, 2001, p. 40).

Fernandes (2000) também pontua, de maneira resumida, que esse modelo agrário implantado pela ditadura militar contribuiu para a consolidação de alguns aspectos negativos, sendo eles: a não realização de uma Reforma Agrária; a concentração de poder político; o privilégio aos grandes produtores capitalistas; a expropriação e a expulsão das famílias do campo, as quais acabaram migrando para as cidades; o surgimento de milhares de famílias sem-terra; e, a violência no campo e vários problemas ambientais provocados pelo uso e a exploração da terra.

Por conseguinte, os governos militares, a partir de 1964, procuraram sufocar as forças populares que trabalhavam em torno da realização da reforma agrária:

[...] A ditadura implantou um modelo agrário mais concentrador e excludente, instalando uma modernização agrícola seletiva, que excluía a pequena agricultura. [...] O regime militar foi duplamente cruel e violento com os camponeses (MST, 2021 – *On-line*).

De acordo com Serra (1991), a década de 1970 no estado do Paraná foi marcada pelo enfrentamento entre trabalhadores organizados e o Estado. Os trabalhadores com objetivo de reivindicar “não apenas a posse da terra, mas a implementação de uma reforma agrária abrangente destinada a mudar radicalmente o panorama agrário”. (SERRA, 1991, p. 213).

O autor, destaca ainda, que:

O que contava agora era a reestruturação fundiária, dentro de um conjunto de medidas em que, além da terra, o trabalhador passaria a ter acesso à assistência técnica, educacional e social. Ou seja: o trabalhador teria viabilizado o acesso à terra e às condições para a sua exploração econômica, garantindo desta forma a manutenção de sua família e a consequente reprodução da força de trabalho no campo. (SERRA, 1991, p. 213).

Ainda em conformidade com Serra (1991), os movimentos sociais organizados, constituídos de trabalhadores rurais sem-terra, mobilizou o Estado a editar o primeiro Plano Regional de Reforma Agrária, que na prática não saiu do papel, porém, foi importante para o reconhecimento da luta dos trabalhadores.

No caso específico do estado do Paraná, Serra (2010) assegura que:

[...] cerca de 430 mil famílias de trabalhadores rurais sem terra gravitavam, nos mais variados graus de pobreza, no entorno de uma agricultura altamente tecnificada: 52 mil famílias de parceiros, 24 mil de arrendatários, 122 mil assalariados permanentes, 160 mil de assalariados temporários e 72 mil de outros trabalhadores de outras situações. (SERRA, 2010, p. 145)

Do mesmo modo, é oportuno considerar a construção da Usina Hidroelétrica de Itaipu, principalmente a formação do lago, que inundou cerca de 1400 km² de terras (800 km² no Brasil e 600 km² no Paraguai) (DEPRÁ, 2006). O autor destaca que, no Brasil, o alagamento recobriu uma grande área que se estende desde a cidade de Guaíra até Foz do Iguaçu e os municípios de “São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Matelândia, Santa Helena, Marechal Cândido Rondon, Terra Roxa e

Altônia.” (DEPRÁ, 2006, p. 98). Com a construção da barragem, milhares de alqueires de terra foram submersos para construção dos reservatórios, provocando muitos problemas com as desapropriações e expulsão de grandes contingentes de trabalhadores. (SERRA, 2010).

Neste período, os conflitos teriam sido provocados especialmente pelos baixos valores das indenizações. Segundo Serra (2010), os valores estipulados pela Itaipu Binacional foram muito baixos em relação aos preços de mercado, por isso, os proprietários não aceitaram negociar. E em vista disso, apoiados pelas “igrejas, Católica e Luterana, através da Comissão Pastoral da Terra, estabeleceram uma luta organizada para exigir indenizações mais justas.” (SERRA, 2010, p. 148).

Neste sentido, as mobilizações e manifestações dos trabalhadores rurais intensificaram em números e regiões, especialmente no estado do Paraná.

2.2 A FUNDAÇÃO DO MST

Os trabalhadores rurais que protagonizavam essas lutas de resistência pela democracia na terra e na sociedade organizaram vários encontros, em diferentes regiões do sul do Brasil, porém, o mais significativo foi o Encontro Nacional realizado em Cascavel, no Paraná, em 1984. De acordo com Serra (2010), foi neste evento que ficou acordado a criação de um movimento único, com poder de lutar pela Reforma Agrária em todo país. Ainda neste evento, ficaram definidos o nome MST e os objetivos centrais:

[...] lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país. [...] queremos ser produtores de alimentos, de cultura e conhecimentos. E mais do que isso: queremos ser construtores de um país socialmente justo, democrático, com igualdade e com harmonia com a natureza (MST, 2021 – *On-line*).

Com a fundação do MST, o “Boletim Sem Terra”, que sistematizava conteúdos desde sua primeira edição em 1981, ampliou-se e se transformou no “jornal Sem Terra”. Esse jornal passou a se tornar um dos principais instrumentos de comunicação em massa, ou seja, um articulador e motivador da luta e da formação política nos trabalhos de base.

Ao longo de sua trajetória, o MST tem passado por inúmeras lutas pela Reforma Agrária, resultando na necessidade de se olhar para o campo a partir de

uma perspectiva social. Nesse aspecto, esse movimento está no palco dos conflitos de classes, em que há diferentes interesses e que movem toda a estrutura social. Esse movimento é uma peça dessa estrutura, que busca dar visibilidade e denunciar a exploração capitalista do campo, cujo objetivo único é a acumulação e, como consequência, o abismo da desigualdade social. A ação capitalista veste as mais variadas formas de exploração, desde o latifúndio, que atuava em uma lógica pré-capitalista de acumulação, até o agronegócio, que atuou de forma mais voraz, apropriando-se do então latifúndio.

É importante lembrar que, a manutenção do Estado se dá por meio de uma correlação de forças, pois, tem a função de realizar a Reforma Agrária e dar possibilidades para a manutenção e a permanência dos trabalhadores rurais na terra. O Estado faz parte de uma estrutura social que se articula com todas as formas de organização, utilizando diferentes estratégias para influenciar a produção do espaço, de acordo com seus interesses.

Da mesma forma, por meio da organização em movimentos sociais, a população que não está nesse “pacote” resiste e denuncia essas ações. Fernandes (1999) demonstra que, de fato, o que ocorre é um jogo de estratégias e articulações, assim como, a que a neutralidade política e científica tem o objetivo de mascarar, atuando em favor da estrutura dominante. Nesse enfoque, cabe apresentar algumas definições sobre o MST, já que ele é um movimento social e, por isso, é necessário estabelecer uma definição.

Assim sendo, os movimentos sociais são manifestações lutas sociais, nas dimensões, políticas e culturais, construídas por diferentes atores sociais que se articulam em uma conjuntura de forças diante de um determinado cenário social. A base dos movimentos são as entidades que agem diante de uma problemática social com objetivo de promover mudança estrutural.

Portanto, o MST, por ser um movimento que busca a redistribuição de terras, levando em conta sua função social, tornou-se a expressão de transformação da sociedade capitalista, reunindo em torno de si os objetivos comuns de pessoas excluídas do sistema capitalista; fundando e reproduzindo a identidade sem-terra; e, incomodando os detentores do poder que almejam se manter nesse sistema. É necessário compreender o movimento do grupo, conhecendo sua dinâmica na realização das diferentes ações que ocorrem em praticamente todo território brasileiro, as quais atravessam anos, como esse grupo tem feito, sem perder sua

capacidade de articulação e, ainda, de se expandir.

2.3 EXPANSÃO E TERRITORIALIZAÇÃO DO MST

Para compreender o MST é necessário analisar três momentos distintos: o processo da gestação do Movimento; o contexto da sua fundação; e, o processo de expansão e territorialização. No primeiro momento, é imprescindível considerar o contexto histórico, econômico, político e social, dentre os quais é possível citar a atuação da Pastoral da Terra (CPT) no campo, nascendo experiência de luta; a elaboração do Estatuto da Terra e a política agrícola, com a expansão da agricultura capitalista; a colonização dirigida para a Amazônia; a repressão do governo militar contra as manifestações dos trabalhadores rurais; as greves dos metalúrgicos, professores, bancários etc., resultando na criação da Central Única de Trabalhadores (CUT); as lutas populares; a criação do Partido dos Trabalhadores (PT); a redemocratização do país; entre outros.

Em suma, e levando em consideração todo o contexto citado acima, o MST teve sua gênese a partir de pequenos acampamentos que eram organizados por intermediários, como a CPT, e com o tempo, o movimento ganhou amplitude, tomando corpo e forma com a construção de uma identidade por meio da práxis. (FERNANDES, 2008).

No segundo momento, consideram-se a territorialização e a consolidação, abrangendo o período de lutas de 1985 a 1990. A respeito disso, Fernandes (2008, p. 33) destaca que, “o MST se territorializou em todos os estados das regiões Sudeste e Nordeste. Também realizou suas primeiras ocupações no Estado de Goiás, na região Centro-Oeste em Rondônia, na Amazônia”. Nesse período, o movimento também definiu sua estrutura organizativa. As lutas travadas nesse “momento de formação do MST foram predominantemente de trabalhadores rurais assalariados, que ocupavam terras para se livrarem do assalariamento”, lutas essas travadas com a participação dos trabalhadores urbanos, que nunca tiveram acesso à terra. Ainda nessa ocasião, foram estabelecidas definições importantes para a identidade do movimento e sua política. (FERNANDES, 2008, p. 33).

Segundo Caldart (2001, p. 19), o MST, em pouco mais de uma década de formação, tornou-se o “mais dinâmico movimento rural da América Latina. Suas atividades envolvem mais de meio milhão de trabalhadores rurais, incluindo

membros de cooperativas, ocupantes de terras e afiliados rurais num território que abrange a maior parte do Brasil”. A autora ressalta que, o Movimento, desde o início da década de 1980, “foi além da assistência social para a classe trabalhadora, ocupando grandes áreas rurais não cultivadas e organizando cooperativas”. (CALDART, 2001, p. 19). Do mesmo modo, transformou-se em um grande movimento para alterar relações de posse de terra e também, o sistema socioeconômico.

Além disso, os conflitos entre os trabalhadores e os latifundiários causaram muitas mortes. Essa luta contra o opressor resultou no derramamento de sangue das mais variadas formas para que houvesse a manutenção de uma estrutura social que se mantém vigente por anos. Com a bandeira à frente das massas de trabalhadores sem-terra, o MST pretende trazer a libertação aos oprimidos. Sendo que, esse opressor é todo um sistema articulado de diferentes grupos, os quais se beneficiam da acumulação capitalista, em detrimento de alguns grupos, como é o caso dos trabalhadores rurais sem-terra. (FERNANDES,1999).

O terceiro momento, divide-se em duas partes: uma que pode ser definida e outra que não pode. De acordo com Fernandes (2008, p. 40), a primeira parte corresponde à territorialização entre os anos de 1990 e 1999, período em que “o Movimento se territorializou na região Centro-Oeste, Distrito Federal (1992), em Mato Grosso (1995) e na Região Amazônica, nos estados do Pará (1990) e Tocantins (1999)”. A segunda parte diz respeito à institucionalização do MST, que “ainda está em desenvolvimento, [...] por causa de sua estrutura organizativa que é múltipla, por abranger muitas formas; híbrida por misturar essas formas que têm partes homogêneas dentro de uma estrutura heterogênea.” (FERNANDES, 2008, p. 40). A territorialização do MST ocorreu, simultaneamente, em vários estados brasileiros e se trata de “uma construção histórica”.

A década de 1990 consistiu no marco do avanço desse processo de expansão territorial, inclusive no Paraná. A crescente territorialização do MST em todo território nacional também pode ser atribuída à forma de sua organização. Para Fernandes (2008), o movimento é dividido em três partes distintas e imbricadas. No entanto, trata-se de uma estrutura múltipla e híbrida, isto é, apreende todas as dimensões territoriais, sociais, educacionais, culturais, políticas, econômicas e ambientais.

Quadro 1 – Estrutura organizativa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

ESTRUTURA ORGANIZATIVA DO MST	
Instância de Representação	Setores de Atividades
Congresso Nacional Encontro Nacional Coordenação Nacional Direção Nacional Encontro Estadual Coordenação Estadual Direção Estadual Coordenação Regional Coordenação de Assentamentos Coordenação de Acampamentos Núcleo de Base	Secretaria Nacional Secretarias Estaduais Secretarias Regionais Setor de frente de Massa Setor de Formação Setor de Educação Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente Setor de Comunicação Setor de Finanças Setor de Projetos Setor de Direitos humanos Coletivo de Relações Internacionais Setor de Saúde Setor de Gênero Coletivo de Cultura Coletivo da Mística
Organizações vinculadas	
Associação Nacional de Cooperação Agrícola – ANCA Confederação das Cooperativas de reforma agrária do Brasil Ltda – CONCRAB Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da reforma agrária – ITERRA Escola Nacional Florestan Fernandes	

Fonte: FERNANDES, 2008. Org. ANDRADE, 2013.

Segundo o *site* do MST (2021), o pensamento do programa de Reforma Agrária que opera no movimento engloba:

1. Modificar a estrutura da propriedade da terra; 2. Subordinar a propriedade da terra à justiça social, às necessidades do povo e aos objetivos da sociedade; 3. Garantir que a produção da agropecuária esteja voltada para a segurança alimentar, a eliminação da fome e ao desenvolvimento econômico e social dos trabalhadores; 4. Apoiar a produção familiar e cooperativada com preços compensadores, crédito e seguro agrícola; 5. Levar a agroindústria e a industrialização ao interior do país, buscando o desenvolvimento harmônico das regiões e garantindo geração de empregos especialmente para a juventude; 6. Aplicar um programa especial de desenvolvimento para região do semiárido; 7. Desenvolver tecnologias adequadas à realidade, preservando e recuperando os recursos naturais, com um modelo de desenvolvimento agrícola autossustentável; 8. Buscar um desenvolvimento rural que garanta melhores condições de vida, educação, cultura e lazer para todos (MST, 2021 – *On-line*).

As ocupações ganharam destaque como forma de pressão para a questão agrária, juntamente com o alinhamento de grupos que, naquele momento, apoiavam a Reforma Agrária, como é o caso do PT. Nesse aspecto, cabe mencionar que era

disseminada a informação de senso comum de que o MST não correspondia a um partido político, porém, seus militantes se reconheciam na legenda pelas formas de organização, como ocorreu durante a realização da Assembleia Constituinte, entre 1986 e 1988, em oposição à bancada ruralista.

As bancadas temáticas existentes no Congresso Nacional Brasileiro são organizações que representam o interesse de setores específicos da sociedade. A representação de interesses está relacionada ao campo da política, sendo que este nos remete à compreensão de como acontece a disputa pela hegemonia. Nesse contexto, hegemonia é “[...] ao mesmo tempo direção ideológico-política da sociedade civil e combinação de força e consenso para obter o controle social” (ACANDA, 2006, p. 178).

O surgimento da bancada ruralista no Congresso Nacional Brasileiro foi mais uma demonstração de como os grupos dominantes (nesse caso, grandes latifundiários) se utilizavam do espaço do Estado para se perpetuarem no poder. Como informa Coutinho (1989), as bancadas temáticas existentes no Congresso Nacional Brasileiro são organizações que, para além dos partidos políticos, representam o interesse de setores específicos da sociedade, o que não é, necessariamente, o interesse da maioria. “A bancada ruralista é um dos grupos mais antigos e organizados do Congresso Nacional, e vem alcançando grande sucesso em sua atuação em prol dos interesses do agronegócio.” (SIMIONATTO; COSTA, 2012, p. 219-220).

Conforme corrobora Oliveira (2005), a bancada ruralista, no que diz respeito ao processo de redemocratização da década de 1980 e com a abertura política, resultou na criação de partidos que deram sustentação ao MST (como é o caso do PT, por exemplo), fazendo com que outras organizações surgissem para confrontá-lo. Na Nova República, expectativas emergiam para a realização da Reforma Agrária e, assim, o medo das estruturas que dominavam a terra também. Nesse cenário, surgiu a União Democrática Ruralista (UDR), uma organização de latifundiários cujo objetivo era coibir a ação do MST e a realização da Reforma Agrária. “A União Democrática Ruralista – UDR – nasceu em agosto de 1985 quando da realização, em Goiânia, de um leilão de bois, prática adotada para arrecadar fundos. Estes fundos, ao que se anunciava, eram destinados à luta contra a reforma agrária.” (OLIVEIRA, 2005, p. 92).

Dentre as ações da UDR, destacam-se a resistência armada em ocupações e

o uso das medidas legais, como apelações na justiça, para embargar a Reforma Agrária, visto que, a princípio as ações foram por meio do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), no ano de 1985. A UDR se expandiu também pela participação na Assembleia Constituinte, a qual confrontava os defensores da Reforma Agrária. Perante o exposto, Oliveira (2005) evidencia que, a implementação no Brasil ocorreu pela Constituinte de 1988, impedindo não somente o plenário do Congresso Nacional no que diz respeito a Reforma Agrária ampla, “[...] como também incluir na Carta Constitucional uma legislação mais retrógrada que o próprio Estatuto da Terra do Governo Militar de 1964.” (OLIVEIRA, 2005, p. 96).

O PNRA, criado no governo de José Sarney, ficou apenas no papel, visto que as forças contrárias à Reforma Agrária eram maiores. Martins (1997) relata um pouco sobre esse acontecimento, frisando que:

Terminou a ditadura e sobrou a questão agrária não resolvida e mal encaminhada. [...] a ditadura resolvera modernizar a economia dos grandes proprietários de terra promovendo uma associação entre o grande capital e a grande propriedade territorial, através de incentivos fiscais. Qual foi o resultado? Foi o fortalecimento dos grandes proprietários de terra e a transformação do grande capital, supostamente comprometido com a modernização do país e por ela orientado, também em proprietário de terra. Portanto, um aliado a mais na resistência à reforma agrária. Isso tornou mais difícil fazer qualquer tipo de reforma porque hoje a propriedade da terra é de interesse de todos os setores poderosos da economia. [...]. Propor uma reforma agrária significa desafiar seus interesses ou, então, indenizá-los a preços que incluem a especulação imobiliária, o que significa não fazer reforma agrária. (MARTINS, 1997, p. 35).

As informações sobre o PNRA nos levam a compreender que ele não foi bem sucedido, acompanhado da Constituição Federal de 1988, que nada acrescentou para a realização da Reforma Agrária no país. Sobre a constituinte de 1988, Sorj (1998) acentua que:

[...] procurou-se avançar uma legislação que permitisse expropriação por interesse social e sumária de terras improdutivas, o que terminou em fracasso total. As forças conservadoras conseguiram vetar qualquer mudança relevante na legislação e impuseram uma legislação mais regressiva que a herdada dos militares. (SORJ, 1998, p. 29).

Em 1989, nas primeiras eleições diretas, Fernando Collor de Mello foi eleito. Conforme informações do MST (*on-line*), esse governo, de cunho neoliberal e que sofreu o processo de *impeachment*, posteriormente, não foi receptivo à Reforma Agrária. Com isso, apenas com o seu sucessor, Itamar Franco, é que foi assinada a

Lei nº 8.629/93, a qual regulamentou os dispositivos constitucionais relativos à Reforma Agrária:

O governo Collor foi caracterizado por uma forte repressão contra a luta dos Sem Terra. Foi durante o governo do seu vice, Itamar Franco, que foi aprovada a Lei Agrária (Lei 8.629), fazendo com que as propriedades rurais fossem reclassificadas com a regulamentação da Constituição. Essa ação fez com que não existissem mais vieses jurídicos que impossibilitassem as desapropriações. Até 1993, quando foi regulamentada a Lei Agrária, não foi possível realizar desapropriações para este fim (MST, 2021 – *On-line*).

A chamada onda neoliberal, que teve início a partir de 1990, elevou as pressões do MST sobre o Estado, visto que o MST era dotado pela ideologia baseada no Marxismo, tanto no recrutamento dos trabalhadores quanto na conscientização destes como sujeitos históricos, e devido a isso, houveram contrapontos com a estrutura neoliberal. O governo de Fernando Collor foi a expressão da ação neoliberal contra o MST e a todos os movimentos sociais. Nas palavras de Fernandes (1999):

Nessa década, também iniciara o pior momento da vida do MST: foram os dois anos e meio do governo Collor (15-03-1990 a 02-10- 1992). Nesse tempo, ocorreu uma escalada de repressão contra o movimento, de modo que, considerando a palavra de ordem ocupar, resistir, produzir, o resistir foi mais intensificado. As ocupações eram rechaçadas pela polícia, de modo que em 1990, diminuíram significativamente os números de ocupações e de famílias na luta pela terra. (FERNANDES, 1999, p. 180).

Como apontado por Fernandes (1999), esse foi um processo de muita luta, com conflitos entre as famílias dos trabalhadores rurais, os arrendatários e a polícia. Esse processo também representou o início da efetivação do objetivo, que era conquistar a terra, o qual, muitas vezes, só era possível ao enfrentar o Estado e os latifúndios. Posto isto, devido a forma de atuação do MST e a atuação de setores conservadores da sociedade, por diferentes formas de se pensar a Reforma Agrária, gerava conflitos violentos.

Em 1995, Fernando Henrique Cardoso (FHC) assumiu a Presidência da República, e de acordo com Fernandes (2007), o primeiro mandato do então presidente foi envolto de uma ampla política de implantação de assentamentos, no entanto, na prática, os conflitos não deixaram de acontecer, pois a impunidade era mantida.

Conforme Scolese (2005), logo no início do primeiro mandato de Fernando

Henrique Cardoso (1995-1998) ocorreram duas chacinas no campo, sendo a primeira no ano de 1995, na cidade de Corumbiara, no estado de Rondônia, e a segunda, no ano seguinte, 1996, em Eldorado dos Carajás, no estado do Pará, e “[...] diante da morte de 29 trabalhadores rurais, muitos deles com tiros na nuca e nas costas, o que evidencia a brutalidade dos crimes, o governo brasileiro foi condenado por diversos órgãos internacionais de direitos humanos.” (SCOLESE, 2005, p. 78).

Em seu segundo mandato, em vez de ampliar a proteção e a legislação a respeito desses embates, FHC mudou completamente de estratégia, promovendo uma política agrária extremamente repressora, criminalizando a luta pela terra, com a promoção da mercantilização desta, o que trouxe consequências desastrosas para o cenário de luta pela terra. Um exemplo disso foi o ocorrido em 1995, conforme discorre Morissawa (2001).

Em 15.07.1995, com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Corumbiara, a fazenda Santa Elina foi ocupada. A área é resultado de uma política do governo ditatorial que na década de 1970 implantou projetos de colonização, vendendo área pública a preço simbólico para ser estabelecida agropecuária. Latifúndios foram formados através da compra em nome de terceiros, dessa forma, Hélio de Moraes, apoderou-se de 16 mil hectares (fazenda Santa Elina), a condição de estabelecer agropecuária não foi cumprida, e as terras ainda pertencem à União. O Juiz Substituto da Comarca de Colorado d’Oeste expediu liminar para imediato despejo no dia 19. A tragédia ocorreu em 8 de agosto daquele ano, quando trezentos policiais militares acamparam na região e sem respeitar o pedido dos trabalhadores rurais, que pretendiam uma trégua de 72 horas para encontrar uma solução pacífica, na madrugada, quando todos dormiam, invadiram o acampamento. Foram nove mortes de camponeses, dentre elas, uma criança de apenas sete anos (MORISSAWA, 2001, p. 154).

Nesta conjuntura, Fernandes (2007, p. 75) ressalta que, em 1995, esse massacre de Corumbiara, em Rondônia, e em 1996, o massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará, “projetaram a questão agrária brasileira e seus principais protagonistas: os sem-terra”. Esse fato elucidou o “conflito construído pela morosidade da reforma agrária e os atores destes conflitos, que disputam a terra para a territorialização”. (FERNANDES, 2007, p. 75). O autor diz ainda que, toda estrutura sustentada pelo capital (com destaque a algumas mídias polarizadas) induz a opinião pública a ficar contra os movimentos sociais, utilizando-se dos conflitos, nos quais é retratado apenas o momento, e não a causa.

Com acesso às mídias sociais o MST ganhou projeção internacional, o que

trouxe novas demandas na pauta do movimento e na luta pela Reforma Agrária. Dentre essas mudanças, está a escalada internacional da expansão camponesa e resistência, na qual “a territorialização do agronegócio se intensificou e é uma ameaça ao processo de territorialização do campesinato¹ em diversas partes do mundo”. Exemplo disso foi que, em 1996, diante dessas novas tendências, o MST se afiliou à Via Campesina, sabendo que, “tal articulação de movimentos camponeses foi criada em 1992, por várias organizações da Ásia, África, América e Europa.” (FERNANDES, 2007, p. 157).

A década 1990 foi marcada pela predominância de governo com modelo capitalista, com forte atuação neoliberal, levando o Brasil ao desemprego estrutural, à desregulamentação e eliminação dos direitos dos trabalhadores e à privatização de grande parte das empresas estatais. Essa forma de governo (neoliberal) necessitou de expansão, a qual ocorreu por meio de novas estratégias e “roupagens”, como o chamado processo de globalização e a formação de blocos econômicos e mercados comuns, como o agronegócio.

A respeito disso, Fernandes (2007, p. 159) acentua que, “o latifúndio deixou de ser o principal problema do desenvolvimento da agricultura camponesa. O agronegócio com toda a sua potencialidade, torna-se um dos principais desafios para a luta pela terra e a reforma agrária.” O autor explica que, o agronegócio faz parte das novas estratégias de reprodução do capitalismo sobre o meio rural, articulando os espaços rurais e urbanos em torno da acumulação. Assim, o latifúndio deixou de ser o principal objetivo de combate do MST, e o agronegócio passou a ser o mais novo e forte oponente. O latifúndio não se extinguiu, porém, ele foi apropriado pelo agronegócio, o qual faz uso do latifúndio e passou a ocupar as terras em nome do progresso e do desenvolvimento econômico.

Dessa maneira, o agronegócio trouxe o desenvolvimento econômico em detrimento da agricultura camponesa e do desenvolvimento social. A partir dessa visão, tudo se resolve por meio do mercado e do agronegócio, juntamente das estruturas governamentais e da mídia, as quais têm atuado para a integração do pequeno produtor rural ao mercado.

O camponês se tornou agricultor familiar e passou a produzir para esse

¹ A Via Campesina é o movimento internacional que coordena organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres camponesas e comunidades nativas da Ásia, da África, da América e da Europa.

mercado, da “mesma forma” que o agronegócio. Eliminou-se, a partir dessa perspectiva, a necessidade da Reforma Agrária, pois “o discurso de que o problema agrário pode ser resolvido pelo mercado, pela integração ao capital e por políticas públicas determinadas e dirigidas pelo Estado agradou as forças políticas de direita à esquerda.” (FERNANDES, 2007, p. 161).

Com o fim do mandato FHC e o início do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, no ano de 2003, houve a esperança de milhares de sem-terra, visto que desde a formação do PT, no início dos anos de 1980, seus integrantes se mostraram favoráveis à Reforma Agrária, a qual faz uso do latifúndio e vinha ocupado as terras em nome do progresso e do desenvolvimento econômico. Foi nesse contexto que o número de acampamentos nas famosas lonas pretas aumentou rapidamente, uma vez que a esperança era de que a Reforma Agrária se daria de forma ampla, já que se tratava de uma dívida histórica do PT.

A partir dessa nova conjuntura governamental, foi elaborada a Proposta do Plano Nacional de Reforma Agrária (PPNRA) por uma equipe coordenada por Plínio de Arruda Sampaio², mas, da mesma forma, os ruralistas participaram da indicação de nomes para o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e o plano foi recusado pelo governo por não atender às demandas do mercado.

Sendo assim, posteriormente, foi elaborado o II Plano Nacional de Reforma Agrária: paz, produção e qualidade de vida no meio rural (II PNRA), atendendo a uma política de desenvolvimento territorial que estava na proposta de Sampaio, porém, agregando o crédito fundiário e o conceito de Reforma Agrária. “Logo, a PNRA não aceitava o crédito fundiário como uma política de reforma agrária. Apresentava dados de terras passíveis para a reforma agrária e de demandas muitos superiores ao II PNRA.” (FERNANDES, 2007, p. 164).

Em vista disso, Miralha (2006) salienta que:

[...] observamos que o mesmo, propõem várias concepções e medidas interessantes com relação à mudança da estrutura fundiária, viabilidade dos assentamentos rurais e distribuição de renda, bem como a inclusão e reinclusão de várias famílias no processo produtivo, constituindo uma política de combate à desigualdade e desenvolvimento econômico. (MIRALHA, 2006, p. 167).

² Plínio de Arruda Sampaio é ex-deputado federal constituinte, foi promotor público, consultor da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), professor universitário, é ex-secretário agrário do PT e foi candidato a presidência da República em 2010, pelo PSOL.

O plano tinha diversos pontos positivos, com uma visão ampla a respeito da Reforma Agrária e da viabilização dos assentamentos, almejando uma mudança da estrutura agrária brasileira, na qual fosse preciso, “[...] democratizar o acesso à terra, desconcentrando a estrutura da propriedade da terra, e intervir sobre a estrutura produtiva por meio de garantia do Crédito, do Seguro Agrícola, da Assistência Técnica e Extensão Rural, de políticas de comercialização e de agroindustrialização.” (BRASIL/MDA, 2003, p. 4).

Outro aspecto positivo do plano foi o reconhecimento das diversidades regionais (como a diversidade de biomas, por exemplo), das culturas, e da desigualdade entre homem e mulher no Brasil, tendo em vista que o país é muito heterogêneo:

Ao invés de um modelo único para todas as regiões do país, o Plano prevê a adequação do modelo de reforma agrária às características de cada região, de cada bioma. Ao invés de uma ação dispersa espacialmente e desarticulada, o Plano organizará sua atuação em áreas reformadas, o que reforçará o caráter dinâmico da reforma agrária e seu papel na constituição de um novo tecido social em âmbito regional e nacional. (BRASIL/MDA, 2003, p. 10).

É importante ressaltar também que, as áreas reformadas foram bases para a intervenção estatal nos assentamentos, evitando seu isolamento e potencializando os investimentos, com “[...] a ativa participação dos movimentos e entidades da sociedade civil [...], amplamente discutido e desdobrado em planos regionais e estaduais, de tal forma que a estratégia de desenvolvimento rural nele contida possa, no diálogo democrático e criativo.” (BRASIL/MDA, 2003, p. 6).

No entanto, mesmo com vários pontos positivos, Miralha (2006, p. 168) enfatiza que há vários aspectos que impedem a realização de uma “verdadeira reforma agrária que seja realmente capaz de transformar a estrutura agrária brasileira, desconcentrando a posse da terra, dinamizando o espaço rural” para que, de fato, ocorra o desenvolvimento de uma maneira vasta e eficiente.

Um dos obstáculos seria o crédito fundiário, mantido, principalmente, para mini fundiários, que diz respeito a “[...] um mecanismo de acesso à terra por meio do financiamento da aquisição do imóvel rural.” (BRASIL/MDA, 2003, p. 21). Segundo Miralha (2006), tal crédito foi destinado a 130 mil famílias, enquanto a distribuição de terras era prevista para 400 mil famílias. O autor destaca também que, “esse sistema de assentamentos rurais que promove o acesso à terra por meio da compra do

beneficiário deixa o assentado endividado.” (MIRALHA, 2006, p. 169).

Ainda nesse contexto, Miralha (2006) observa que:

Assim, a distribuição de terras só é prevista para trabalhadores rurais sem-terra, posseiros, populações ribeirinhas, comunidades quilombolas, etc., enquanto que os minifundiários só estão contemplados no crédito fundiário, ou seja, empréstimo de dinheiro para comprar a terra. O sistema de Crédito Fundiário é bom para os proprietários/latifundiários que recebem a vista pela terra, sendo que é o assentado que contrai a dívida. (MIRALHA, 2006, p. 196)

O autor menciona que o PNRA também expressava uma política macroeconômica contraditória à do governo Lula, pois esse apresentou alianças políticas que, por exemplo, inviabilizaram a revogação da medida provisória que criminalizava as ocupações dos sem-terra.

De fato, quando o MST se especializou, ele se construiu em prol dos enfrentamentos e das disputas coletivas. Nesse processo, o indivíduo se torna grupo; o grupo no espaço se torna território; e o território fluído de vida cria suas territorialidades e territorializações. Diante disso, é necessário compreender os contextos locais em que o MST está inserido, como são os casos do macro (Brasil), do meso e do micro contexto, especificamente da Mesorregião Centro-Ocidental Paranaense e do município de Nova Cantú, temáticas que serão discutidas nas próximas seções.

3 AS TRANSFORMAÇÕES NO CAMPO E A TERRITORIALIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS NA MESORREGIÃO CENTRO-OCIDENTAL PARANAENSE

Para compreender o processo de territorialização e constituição dos assentamentos rurais da Reforma Agrária regional, é indispensável abordar, mesmo que de forma sintetizada, o contexto histórico de ocupação e organização territorial da Mesorregião Centro-Ocidental Paranaense.

Conforme ressaltamos anteriormente, a Mesorregião se subdivide em duas microrregiões, a micro de Campo Mourão, considerada cidade polo (IPARDES, 2004), e a de Goioerê, onde se localiza o município de Nova Cantú, local em que se encontram os assentamentos que são objetos de análise para essa pesquisa, e que serão abordados nas próximas seções.

3.1 OCUPAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO CONTEXTO REGIONAL

Essa pesquisa não intenciona uma discussão aprofundada sobre o processo histórico, uma vez que há diversos entraves entre indígenas, espanhóis, bandeirantes paulistas e caboclos, até chegar ao período de colonização, de modernização da agricultura e da luta dos movimentos sociais no campo para o acesso à terra. Desse modo, o recorte temporal dessa seção iniciará a discussão destacando o período a partir de 1940, momento em que o governo proporciona a colonização dirigida, ou seja, realizada por empresas e pelo próprio Estado.

Segundo Hespanhol (1990, p. 56), “a ocupação sistemática da região de Campo Mourão, bem como de toda a área situada ao Sul do rio Ivaí, intensificou-se a partir da década de 1940, com a implementação pelo poder público estadual”. Após essa regularização, o governo passou a promover as ocupações por meio de colonização agrícola e cafeeira, promovendo políticas para atrair trabalhadores estrangeiros, financiando capital mediante uma parceria com o governo Federal e iniciativa privada de colônias de imigrantes.

As terras demarcadas foram loteadas para serem vendidas em pequenas parcelas pelas empresas de colonização, atraindo, dessa forma, trabalhadores que formaram as pequenas e médias propriedades na região, com a finalidade de

produzir para o consumo e comercialização. As culturas praticadas nessa época eram de milho, arroz, feijão, hortelã, algodão e café, cultivadas em áreas menores se comparadas com o cultivo da região Norte. Conforme Hespanhol (1990), essa ocupação apresentou características praticadas pelos nortistas, que cultivavam café, e entre os pés de café, plantavam milho, feijão e arroz. Esse modelo agrário vindo do norte paranaense, mesmo que de forma descontínua, estendeu-se até os municípios de Janiópolis, Goioerê e Mariluz.

A substituição das culturas tradicionais por culturas mecanizadas teve início na segunda metade de 1960, com a expansão da produção de soja, que antes era base para ração dos suínos. Tal expansão do cultivo de soja ocorreu nas áreas de relevo suavemente ondulados, já nas áreas de relevo muito ondulados, a produção desenvolvida era a de subsistência. Esse tipo de agricultura deu-se nas áreas onde hoje estão localizados os municípios de Corumbataí do Sul, Altamira do Paraná, Barbosa Ferraz e Nova Cantú.

“Em 1970 as áreas que hoje localizam os municípios que formam a mesorregião Centro-Occidental paranaense já estavam ocupadas com cerca de 530 mil habitantes, sendo que a maior parte dessa população habitava no meio rural e praticavam as atividades agrícolas.” (IPARDES, 2004, p. 27). No entanto, durante o período de demarcação de terras para colonização, as empresas colonizadoras não consideraram que as áreas demarcadas para loteamento já estavam ocupadas por caboclos e colonos estrangeiros.

Concomitante ao processo de loteamento das terras, estava acontecendo a expansão do progresso técnico de modernização da agricultura no Brasil. No Paraná, esse processo também não ocorreu de maneira homogênea, firmando-se de modo parcial, conservador e doloroso.

O novo modelo de agricultura implantado no campo pelo capital foi apropriado em algumas regiões, sobretudo, pelos grandes e médios agricultores, que foram os mais beneficiados. Esse modelo foi caracterizado pela incorporação de maquinários, de adubos químicos e de agrotóxicos no processo produtivo. (OLIVEIRA, 2007).

O principal objetivo da modernização foi aprofundar as relações capitalistas no campo, aumentando a produção de gêneros voltados à exportação (soja, milho e trigo). Essas lavouras temporárias substituíram o cultivo da agricultura de subsistência praticada nas pequenas propriedades.

Tais fatores contribuíram para o processo de desterritorialização do

trabalhador rural, isto é, a expropriação e expulsão de milhares de pequenos agricultores e trabalhadores rurais, acentuando as desigualdades sociais e, conseqüentemente, o aumento da pobreza. Esse processo de expansão do capital no campo foi marcado por fortes impactos socioambientais, provocados pelo acesso às linhas de financiamentos.

Esse modelo de desenvolvimento rural, além de causar grandes danos ao meio ambiente, pode ser caracterizado como excludente e evidencia fortemente a articulação do Estado e do capital, em detrimento à população. A modernização contribuiu também para o aumento das áreas de pastagem, sendo que esse processo teve um impacto intenso sobre a dinâmica regional, alterando as relações de trabalho, visto que as novas técnicas de produção e substituição das lavouras dispensava o trabalhador rural que, aos poucos, foi sendo substituído pelas máquinas.

Essa nova ordem instigou a organização e a mobilização de milhares de trabalhadores rurais, os não proprietários (colonos, parceiros, posseiros, meeiros, arrendatários e agregados) que foram afetados pela modernização da agricultura a partir do momento em que a mão de obra agrícola foi sendo substituída por equipamentos mecânicos.

Desse modo, os trabalhadores que não tiveram acesso ao processo de expansão do capitalismo no campo e que não passaram a compor a categoria de assalariados rurais começaram a migrar para as cidades em busca de emprego, aumentando, assim, a população urbana, como pode ser observado na tabela 1.

Tabela 1 – Evolução Populacional do Estado do Paraná (1970 a 2010)

Ano	População Urbana (%)	População Rural (%)
1970	36,40	63,60
1980	58,93	41,07
1991	73,35	26,65
2000	81,40	18,60
2007	84,10	15,9
2010	85,31	14,69

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo Demográfico (1970 a 2010).

Ao analisarmos os dados da tabela 1, evidenciamos que a população paranaense era predominantemente rural até a década de 1970, e que esses dados foram se alterando, acompanhados do processo de modernização da agricultura. Dessa maneira, nos anos de 1980, a população urbana superou a população rural, e

essa mudança rural-urbano se intensificou nas décadas seguintes.

3.2 DESTERRITORIALIZAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS

O processo de desterritorialização dos trabalhadores rurais no estado do Paraná, denominado êxodo rural, não foi provocado apenas pela modernização, mas também pela substituição da cultura do café, que basicamente se utilizava de uma grande quantidade de mão de obra para a cultura de cereais, como soja e trigo, e que ao ser mecanizada resultou na dispensa de muitos trabalhadores.

O Paraná foi o mais receptível ao avanço do capitalismo no campo e, assim como no restante do Brasil, esse processo também foi desigual entre as regiões paranaenses. Do mesmo modo, é necessário considerar os contrastantes nas configurações regionais, ou seja, “os condicionantes naturais de uma dada região, a topografia (relevos dissecados), a fertilidade natural dos solos (pedregosos, arenosos) e o clima”, especialmente precipitação e temperaturas, as quais dificultam a mecanização, “além de interferir na produtividade, conseqüentemente, afastando o interesse do capital.” (ANDRADE, 2005, p. 128). A autora, com base em Pereira (1987), discute também que, outras dimensões devem ser consideradas nas análises das desigualdades, como a política, a economia e os fatores históricos.

É oportuno salientar, mais uma vez, que tais transformações no processo produtivo foram amplamente condicionadas pelo Estado. Dentre os vários mecanismos públicos, cumpre lembrar que houve crédito subsidiado, e que boa parte serviu de sustentáculo às inovações da produção agrícola regional.

Dentre os mecanismos ‘facilitadores’ que o Estado condiciona, encontra-se a grande utilização de inovações tecnológicas, que vão desde a produção da semente à comercialização do produto final, profundamente sustentado e financiado por meio do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), conforme citado anteriormente.

Hespanhol (2007) frisa que:

O Governo federal, além de fornecer crédito rural subsidiado aos médios e grandes produtores rurais para investimentos, comercialização e custeio de produção realizada em bases técnicas modernas, constituiu e modernizou armazéns, e apoiou a expansão do cooperativismo empresarial, criou facilidades para a instalação de indústrias químicas e mecânicas e estimulou a implantação e expansão de agroindústrias processadoras de matérias-primas provenientes do campo. (HESPANHOL, 2007, p. 274).

O Crédito Rural Oficial foi o principal instrumento utilizado para promover a

modernização da agropecuária. Este foi constituído na forma da Lei 4.829, promulgada em 05 de novembro de 1965, na qual se instituiu o Sistema Nacional de Crédito Rural, sob a coordenação e controle do Banco Central, constando em seu Artigo 1º o objetivo geral do crédito rural, nos termos desta Lei, o qual foi distribuído e aplicado de acordo com a política de desenvolvimento de produção rural do país e tendo em vista o bem-estar das pessoas. (ANDRADE, 2005).

A autora supramencionada argumenta que, essa definição é insatisfatória no sentido de não contemplar, na sua interpretação, as reais intenções do Estado, pois, apesar das diretrizes do SNCR, no âmbito legal, estarem centradas nos pequenos produtores, foram os grandes produtores os mais beneficiados, se comparado aos pequenos, o que se comprova pelos montantes dos financiamentos distribuídos.

Os grandes agentes financeiros não têm interesse em beneficiar o pequeno produtor e, por isso, as inovações tecnológicas não estão abertas para esses indivíduos. Segundo Silva (1981), as inovações tecnológicas se classificam em três segmentos:

- a) Inovações mecânicas, que afetam de modo particular a intensidade e o ritmo da jornada de trabalho;
- b) Inovações físico-químicas que modificam as condições naturais do solo, elevando a produtividade do trabalho aplicado a esse meio de produção básico;
- c) Inovações biológicas, que afetam principalmente a velocidade de rotação do capital adiantado no processo produtivo, através da redução do período de produção, e da potenciação dos efeitos das inovações mecânicas e físico-químicas. (SILVA, 1981, p. 191).

Essas inovações na agricultura paranaense se consolidaram em passos largos, apesar de tardia, se comparada aos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, embrionários do processo de modernização. A “mecanização no estado do Paraná teve início por volta de 1970-75, quando um número maior de produtores passou a utilizar algum tipo de máquina.” (MARTINE; GARCIA, 1987, p. 133).

Nesse contexto, as relações sociais se manifestaram em razão da atuação dos interesses dos agentes, os quais se estabeleceram como aparatos para as relações capitalistas na propagação e inovação, especialmente da cultura da soja, que passou a ocupar crescentes áreas na mesorregião, sofrendo um aumento em sua produção por considerarem que havia nessa localidade específica as “condições ideais para este cultivo”.

Esse fato comprova uma nova tendência da agricultura regional, sob a

influência do Estado e do capital, que atuam fortemente nas territorialidades, impulsionando o surgimento de novos territórios. Isso ocorreu devido à rápida disseminação da soja, que se deu em razão dos incentivos oficiais do Estado e dos antecedentes históricos de ocupação, bem como, dos atributos naturais, condicionantes à ampla utilização de máquinas e insumos. Tal feito foi possível na porção ocidental em que se encontra o suave relevo ondulado do espigão Ivaí/Piquiri.

Nos municípios propícios à mecanização, a propagação espacial da modernização, via incorporação tecnológica dos meios de produção, incidiu rapidamente com a crescente área plantada da cultura da soja. Este acontecimento comprova que o avanço do capital na agricultura, na mesorregião, se fez concomitante à inclusão das culturas da soja e trigo. Ao passo que nos municípios localizados em áreas de relevo acidentado, a ação do capital foi branda. (ANDRADE, 2005, p.135).

Os estudos de Andrade (2005) revelam que nas últimas décadas ocorre uma “estabilidade nas inovações da agricultura”, e que essa ‘aparente’ queda de aquisição de tratores e máquinas para plantio e colheita se demonstrou menor nos últimos anos, devido ao melhoramento das máquinas mecânicas, resultando em uma maior eficácia desses meios modernos de produção. Porém, os indicadores segundo a autora corroboram para “o avanço das relações capitalistas no campo, que se efetivou de modo acelerado e não fluiu com a mesma intensidade, gerando uma nova configuração territorial.” (ANDRADE, 2005, p. 130).

Dessa forma, a autora expõe o óbvio do sistema: a contradição e o movimento antagônico do capital, uma vez que desenvolve alguns territórios em detrimento a outros, no entanto, não atenua a luta pela terra dos movimentos sociais e das famílias sem-terra, ao contrário, fortalece a luta pela busca de reterritorialização.

De acordo com Anjos e Caldas (2014), os últimos vinte anos foram (e ainda são) marcados por uma sucessão de conflitos no campo e por alguns avanços no plano político, os quais repercutiram no sentido de ampliar a base social do movimento, por conta do crescimento no número de assentamentos e de famílias assentadas, e da necessária participação dos movimentos sociais nessas áreas.

Como podemos observar, o que está atrelado ao processo de modernização, ou avanço do capital no campo, provocou a desterritorialização e a reterritorialização dos trabalhadores rurais, assim como, as ocupações de terras na forma de

acampamentos, que se transformaram em assentamentos.

3.3 TERRITORIALIZAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS NOS ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA

A territorialização, segundo Raffestin (1993), é parte superior da espacialização. Assim, podemos dizer que se trata de um indicativo da continuação da luta pela terra (da espacialização) e os assentamentos são a materialidade da luta. Nessa perspectiva, o assentamento é o espaço de criação e recriação de um território de novas e antigas relações sociais, é a territorialização do movimento de luta pela terra, é o lugar da realização da vida, da construção de uma identidade, o lugar em que os assentados se manifestam, podendo ser o lugar da mudança ou recriação de sua cultura, sua autonomia, sua capacidade de ascender a partir de suas próprias potencialidades.

Dessa forma, a luta pela terra não tem somente o sentido de conquista, mas uma luta por sobrevivência, para produzir e comercializar, para reivindicar direitos e políticas voltadas aos trabalhadores do campo. Essa luta começou a se concretizar com as ocupações e hoje com os assentamentos da Reforma Agrária.

De acordo com o INCRA, um assentamento rural trata-se apenas uma área com várias unidades agrícolas:

Um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas pelo INCRA onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário. Cada uma dessas unidades, chamadas de parcelas, lotes ou glebas, é entregue pelo INCRA a uma família sem condições econômicas para adquirir e manter um imóvel rural por outras vias. (INCRA, 2018, p. 80).

A respeito dos assentamentos rurais Bergamasco e Norder (1996) frisam que, “de uma forma genérica, os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem-terra ou com pouca terra”. (BERGAMASCO; NORDER, 1996, p. 7).

A legislação e os regulamentos que devem orientar a implantação de assentamentos rurais, conforme o Tribunal de Contas da União (TCU, 2003), são as seguintes:

- Lei 8.629, de 25/02/1993, que regulamenta os dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária.
- Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra).
- Decreto nº 59.428/66 que regulamenta o estatuto da Terra.
- MP 2.183-56/2001, que acresce e altera dispositivos do Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, das Leis nos 4.504, de 30 de novembro de 1964, 8.177, de 1º de março de 1991, e 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e dá outras providências (em tramitação).
- Instrução Normativa nº 02/2001 do INCRA, que fixa normas para implementação do Programa Nacional de Reforma Agrária, abrangendo as ações de assentamento de trabalhadores rurais e a atividade complementar de regularização fundiária.
- Norma de Execução nº 02/2001 do INCRA, que define os procedimentos técnicos e administrativos a serem adotados na fase de implantação dos projetos de assentamento, dispõe sobre a coordenação e fiscalização das ações, sobre a contratação das empresas ou entidades prestadoras de serviços, sobre as condições para elaboração do PDA e sobre o roteiro básico para elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento Rural.
- Norma de Execução nº 09/2001 do Incra, que dispõe sobre o processo de consolidação de projetos de assentamento em área de Reforma Agrária.
- Norma de Execução nº 18/2001 do Incra, que fixa procedimentos para a seleção de candidatos a assentamentos em áreas de reforma agrária.
- Instrução Normativa nº 06/2002 do Incra, que fixa normas gerais para a concessão, aplicação e cobrança do crédito- instalação no âmbito dos Projetos de Assentamento integrantes de Programas de Reforma Agrária. (RAMOS, 2013, p. 37).

Para Fabrini (2007, p. 36), “os assentamentos indicam a conquista de uma fração do território (terra) e se constitui como possibilidade para a ampliação das lutas”. E explica ainda que:

A realização dos assentamentos e a conquista da terra implicaram em novos desafios para os sem-terra. A preocupação com sua reprodução na terra, agora na condição de assentados, passou a fazer parte das suas lutas. Esta preocupação também faz parte do universo de luta dos pequenos agricultores que tem feito variados enfrentamentos à ordem expropriatória capitalista. (FABRINI, 2007, p. 36).

Nesse sentido, a formação de assentamentos rurais não pode ser considerada somente a entrega de lotes para as pessoas se fixarem e trabalharem, essa formação deve ser mais complexa, pois envolve a entrega para os futuros assentados não somente a terra, mas das condições para que os mesmos possam trabalhar e da terra tirar o seu sustento. Para isso, seria necessário o apoio técnico de manejo de solo para melhorar a produtividade ou tornar a terra produtiva; financiamentos para projetos variados; e, além da oferta da terra, proporcionar condições mínimas para explorar e incentivos para organizar o assentamento.

Mesmo havendo um número significativo de famílias residindo em

assentamentos da Reforma Agrária, dados fornecidos pelo INCRA apontam que a maioria não recebe a infraestrutura necessária para se instalar e produzir no campo, exigindo soluções que vão muito além da distribuição de lotes de terra.

De acordo com dados do INCRA (2017), o Paraná apresenta um número significativo de assentamentos rurais que são oriundos de Projetos de Assentamentos Rurais federais, estaduais, dos Programas Cédula da Terra e do Reassentamento de Barragem, Projetos de Reforma Agrária e, também, de Projetos de Colonização. Esses assentamentos estão distribuídos pelas dez mesorregiões.

Segundo os dados obtidos do INCRA e NERA-DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra – UNESP/MST, dentre as dez mesorregiões paranaenses que se destacam em número de assentamentos, a Centro Sul Paranaense ganha evidência, conforme os dados da tabela 2. Essa mesorregião possui o maior número de assentamentos, bem como, o maior número de famílias assentadas.

Essas famílias foram beneficiadas pelas ações que realizaram com a bandeira do MST para pressionar o INCRA a efetivar os assentamentos rurais no estado. Assim, a tabela 2 explicita a quantidade de assentamentos por mesorregiões no Estado do Paraná em 2010.

Em conformidade com os dados da tabela 2, podemos observar que na Mesorregião são 7 municípios que contêm assentamentos veiculados ao MST, contudo, a região tem 11 assentamentos que comportam 497 famílias assentadas.

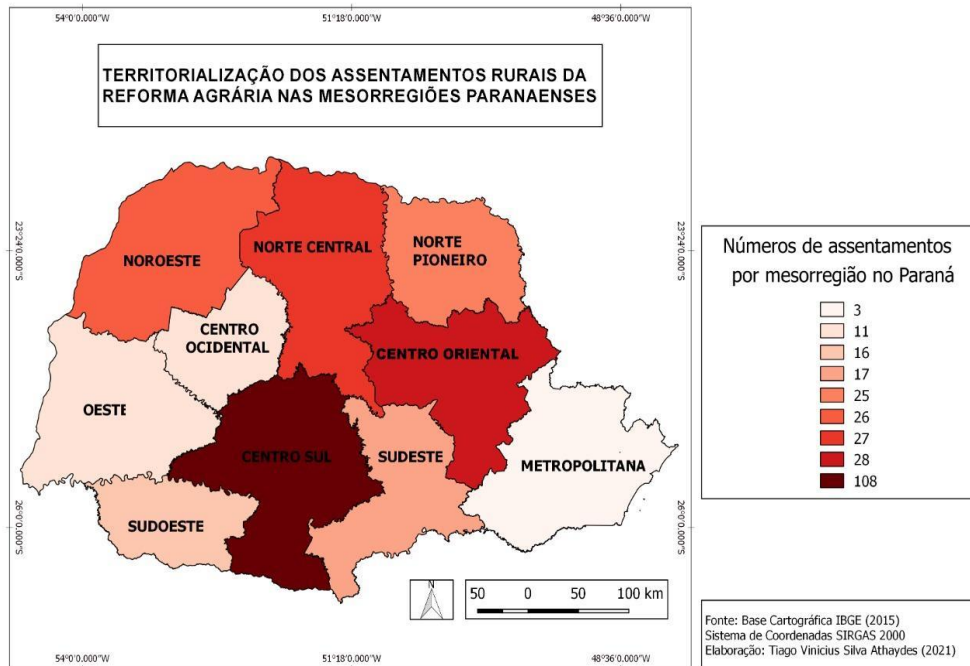
Tabela 2 – Assentamentos do Estado do Paraná por Mesorregiões (2010)

Mesorregiões	Municípios	Assentamentos	Famílias
Noroeste Paranaense	11	26	1.338
Centro-Occidental Paranaense	07	11	497
Norte-Central Paranaense	13	27	857
Norte Pioneiro Paranaense	10	25	1.345
Centro-Oriental Paranaense	8	28	1.479
Oeste Paranaense	7	11	821
Sudoeste Paranaense	6	16	1.553
Centro-Sul Paranaense	22	108	7.344
Sudeste Paranaense	6	17	1.077
Metropolitana de Curitiba	2	3	156

Fonte: NERA-DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra-UNESP/MST, 2010.

A figura 2 apresenta a espacialização das territorialidades e da territorialização dos assentamentos rurais da Reforma Agrária no estado do Paraná. Podemos perceber que a Centro Sul, seguida pela Centro-Oriental e Norte Central, são as mesorregiões que contêm o maior número de assentamentos.

Figura 2 – A Territorialização dos assentamentos rurais da Reforma Agrária nas Mesorregiões Paranaenses



Fonte: INCRA, 2010. Org. Viviane Aparecida da Silva, 2020.

As ocupações de terras pelo MST na Mesorregião tiveram início na segunda metade da década de 1980, nas áreas do município de Nova Cantú, dando origem ao Assentamento Santo Rei, sendo esse um dos assentamentos analisados nessa pesquisa. Vale lembrar que, o Assentamento Santo Rei foi o primeiro criado pelo INCRA na mesorregião. Foram inúmeras as áreas de ocupações entres os anos de 1980 a 2000, tanto que o jornal local, Tribuna do Interior, noticiava que eram comuns as “invasões” dos sem-terra na região, conforme a imagem 1:

Imagem 1 – Imagem de uma reportagem do jornal Tribuna do Interior



Fonte: Tribuna do Interior, 1998.

As ações realizadas pelos integrantes do MST, como já foi descrito, sempre estiveram relacionadas à reivindicação da realização de uma Reforma Agrária, dessa forma, as ocupações eram estratégias para acelerar o processo de desapropriação. No entanto, as artimanhas de uma sociedade capitalista criaram situações para criminalizar as ações desse movimento. A percepção dessa criminalização se dá por meio das leituras feitas sobre o tema nos diversos meios de comunicações, que muitas vezes são pertencentes aos donos dos meios de produção, empresários ruralistas, políticos, entre outros. Na imagem 1 é possível notar a tentativa de criminalizar o movimento ao se utilizar a palavra “invasões”.

Na sociedade brasileira, os conflitos agrários (sintomas da macroestrutura desigual) são construídos socialmente como conflitos criminais (criminalidade). Ocorre a responsabilização penal dos ditos “invasores” de terras e, conseqüentemente, do movimento social que os representa, o MST, que é visto como mentor de uma ação criminosa que fere a “Lei e a Ordem”. Paralelamente, e de forma incongruente, no papel de vítima estão as instituições estatais e os latifundiários. (ANDRADE, 2005, p. 125).

Mesmo sofrendo ataques diretos e indiretos, o movimento contra a estrutura fundiária e as reivindicações por uma reforma justa continuava contribuindo para a realização dos assentamentos. Como podemos verificar na tabela 3:

Tabela 3 – Número de famílias assentadas e data de criação dos assentamentos na Mesorregião.

Município	Assentamento por município	Nome dos assentamentos	Número de Famílias assentadas	Tamanho da área	Data de Criação
Altamira do Paraná	1	Pingo de Ouro	42	873.2328	10/02/1999
Luiziana	2	Luz	24	455.55	30/06/1999
		Rio Laranjeiras	17	317.306	16/11/2005
		Jerusalém	25	670.06	07/12/1999
Nova Cantú	3	José Arnaldo Dos Santos	58	1265.169	25/02/2000
		Santo Rei	70	1295.119	27/10/1988
		Santa Rita	88	1893.3	14/10/1997
Peabiru	3	Monte Alto	17	378.8133	22/12/1998
		Marajó	58	983.4766	07/11/2000
Quinta do Sol	1	Roncador	65	1195.4308	07/11/2000
Roncador	1	Rio Azul	33	455.3306	17/09/2001
Total Mesorregião	11		497	8.740.858,742	

Fonte: INCRA, 2020.

Na tabela 3 estão dispostas as datas de implantação dos assentamentos, bem como, o número de famílias assentadas, o tamanho da área ocupada por assentamento e o número de assentamentos por município. Podemos observar que, no município de Nova Cantú foram criados três assentamentos: Santo Rei, Jerusalém e José Arnaldo Dos Santos. Como já citamos, Santo Rei foi o primeiro assentamento da Mesorregião, implantado em 27 de outubro de 1988, em uma área de 1.295.119ha, onde foram assentadas 70 famílias, assunto este que trataremos na próxima seção.

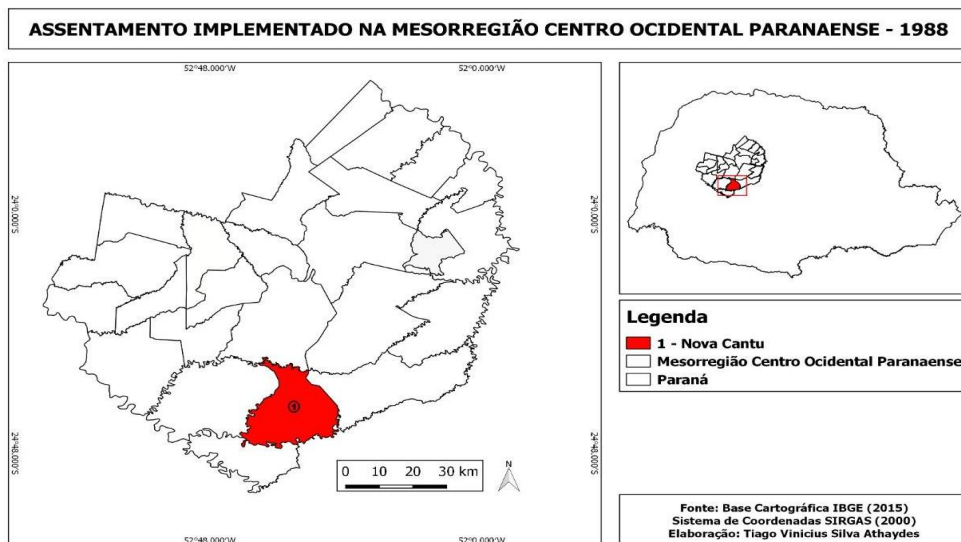
Conforme a tabela 3, a próxima área regularizada foi do Assentamento Santa Rita, no município de Peabiru, em 14 de outubro de 1997, na qual foram assentadas 83 famílias, todas paranaenses, das quais 13 famílias eram vindas de Pitanga e o restante da região de Cascavel. A ocupação dessa área foi pacífica, visto que a fazenda já estava em negociação com o Banco do Brasil. No ano seguinte, mais especificamente em 22 de dezembro de 1998, o INCRA regularizou mais um assentamento em Peabiru, denominado Monte Alto. Em 1999 os integrantes do MST

conseguem a regularização de novas áreas, dando origem ao assentamento Jerusalém em Nova Cantú, Pingo de Ouro em Altamira do Paraná, e assentamento Luz em Luiziana.

Em fevereiro de 2000 mais uma área foi regularizada em Nova Cantú, o assentamento José Arnaldo dos Santos, e no mesmo ano, o INCRA regularizou mais dois assentamentos: Marajó em Peabiru e Roncador em Quinta do Sol. Em 2001, o Município de Roncador também teve área regularizada com o assentamento Rio Azul. A última área a ser regularizada na Mesorregião foi o assentamento Rio Laranjeiras, também no município de Luiziana. Contudo, a luta pelo acesso à terra ainda é constante na Mesorregião, pois, ainda há vários acampamentos, dos quais 4 são vinculados ao MST, sendo 1 (um) no município de Quinta do Sol, 1 (um) município de Peabiru e outros 2 (dois) no município de Barbosa Ferraz.

Desde a regularização da área do assentamento Santo Rei, somente após quase uma década é que outras áreas ocupadas foram regularizadas. As figuras 3, a 10 representam espacialmente os municípios em que se efetivou o processo de territorialização do MST na Mesorregião.

Figura 3 – Início da territorialização do MST na Mesorregião (1988)



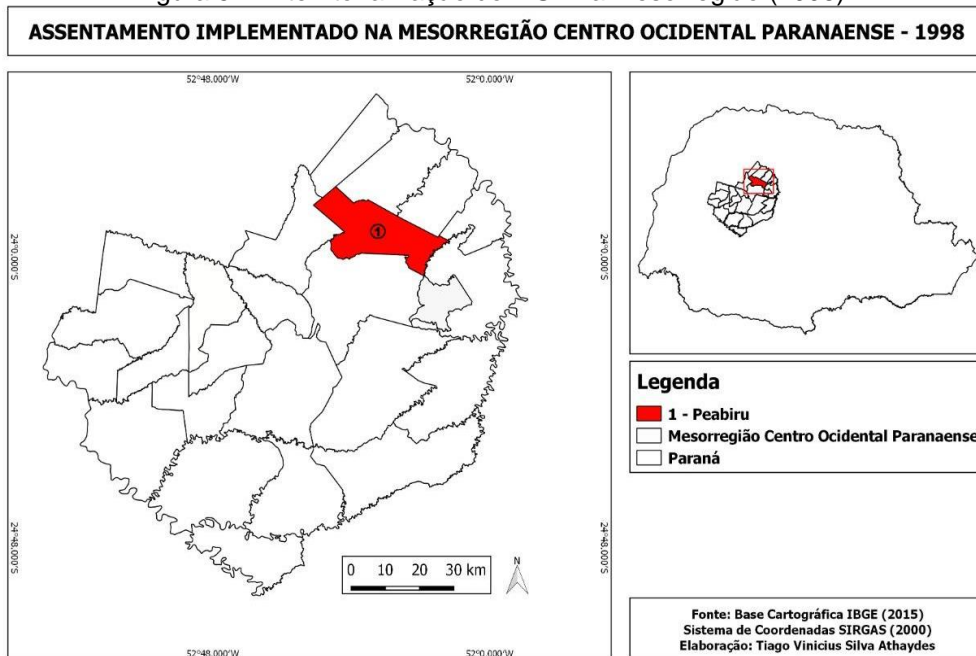
Fonte: IBGE, 2010. Org. SILVA, V. A. 2020

Figura 4 – A territorialização do MST na Mesorregião (1997)



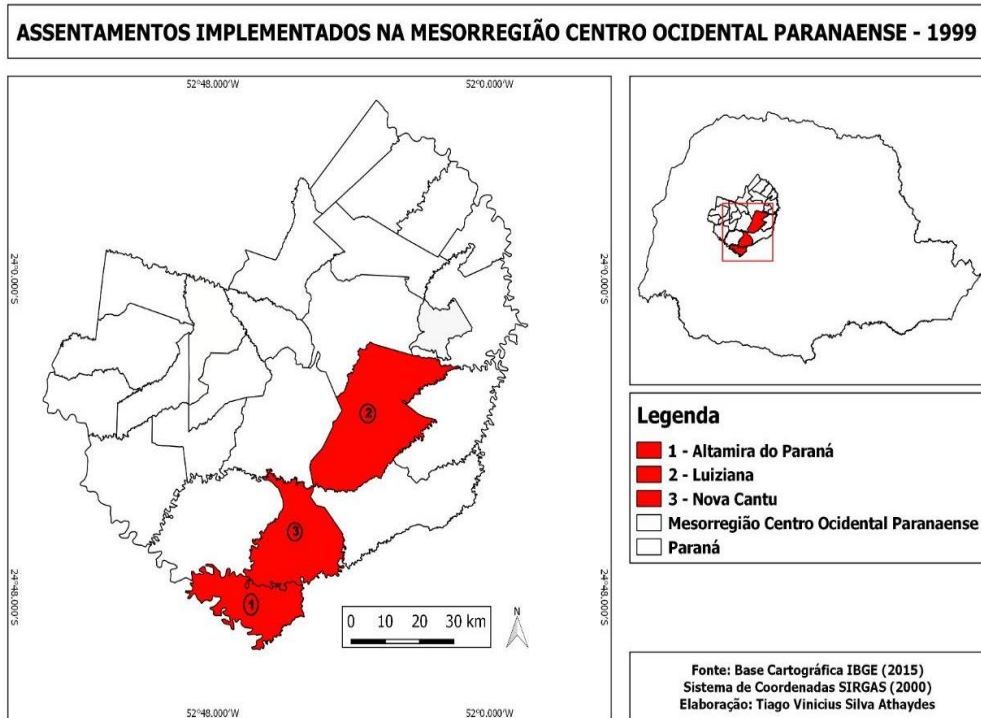
Fonte: IBGE, 2010. Org. SILVA, V. A. 2020

Figura 5 – A territorialização do MST na Mesorregião (1998)



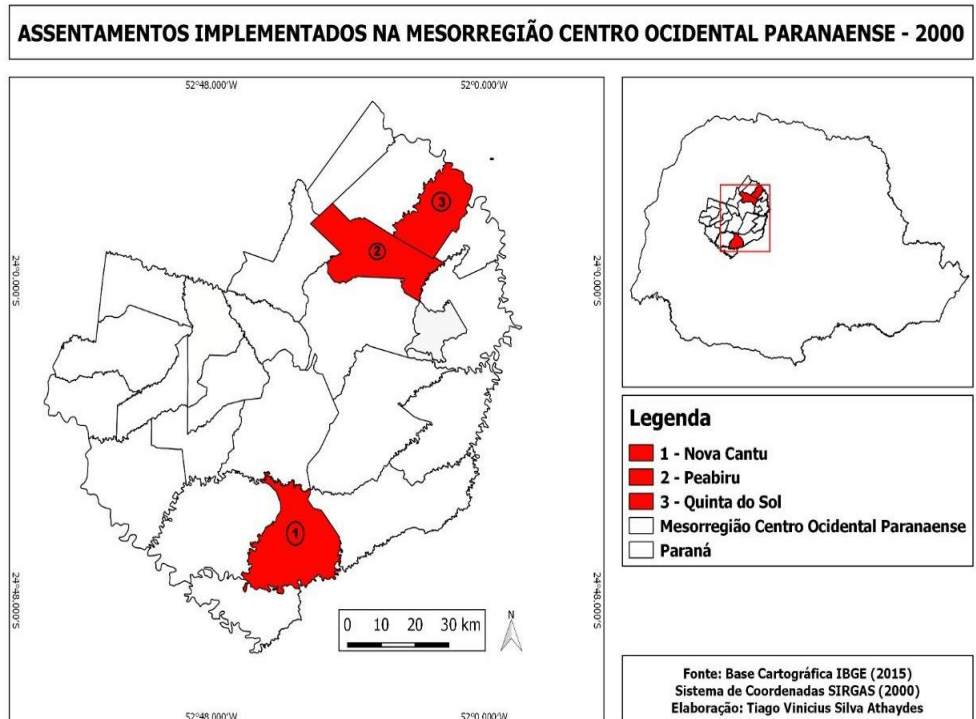
Fonte: IBGE, 2010. Org. SILVA, V. A. 2020

Figura 6 – A territorialização do MST na Mesorregião (1999)



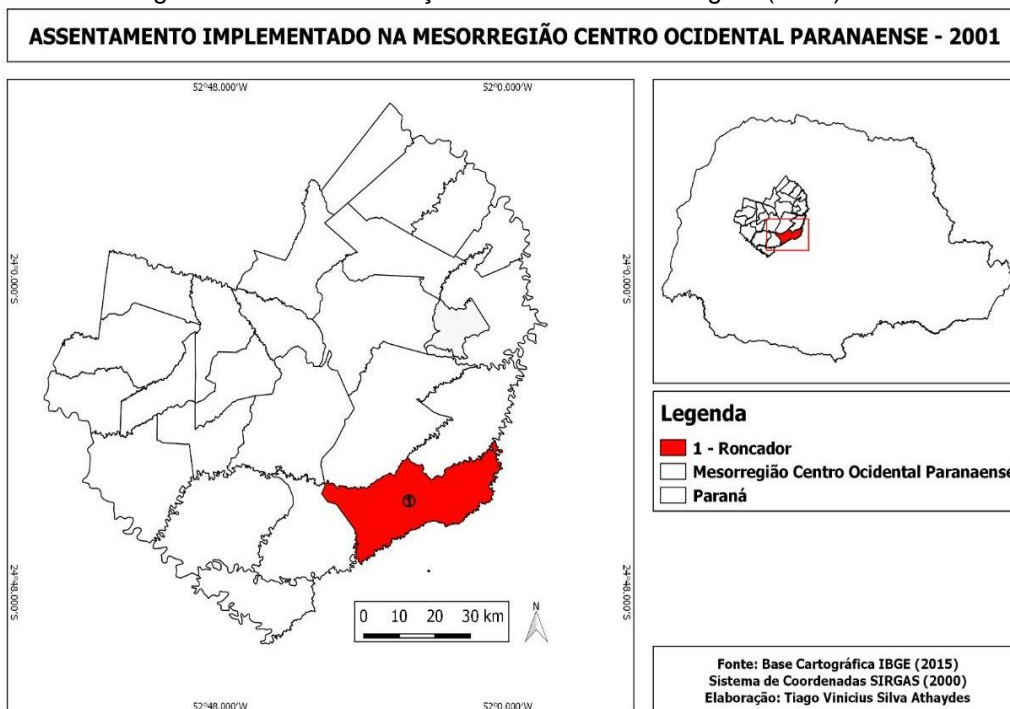
Fonte: IBGE, 2010. Org. SILVA, V. A. 2020

Figura 7 – A territorialização do MST na Mesorregião (2000)



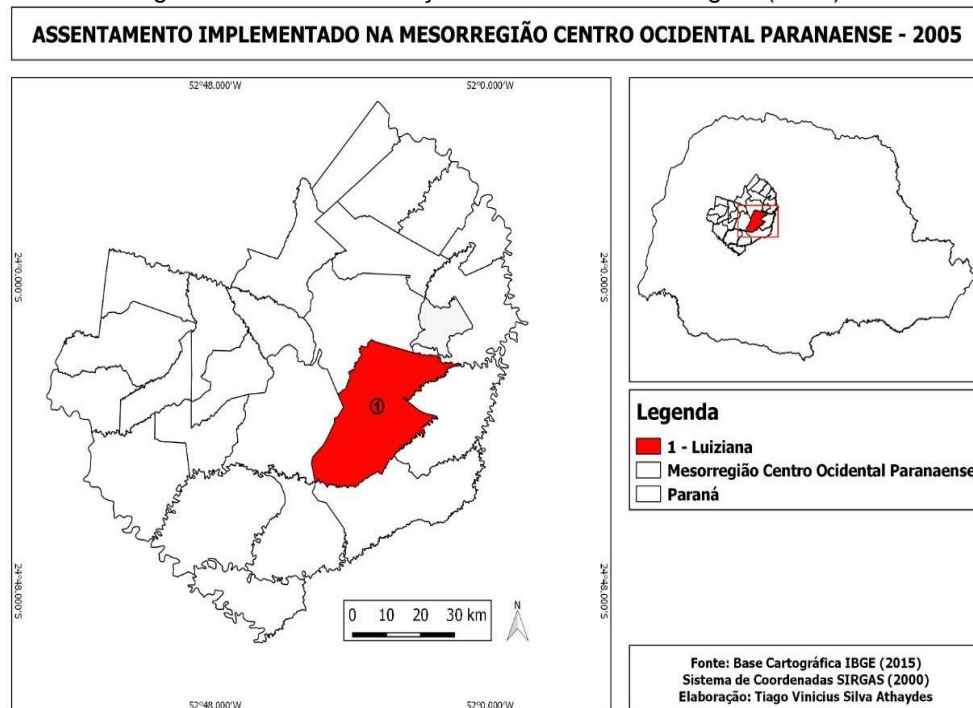
Fonte: IBGE, 2010. Org. SILVA, V. A. 2020

Figura 8 – A territorialização do MST na Mesorregião (2001)



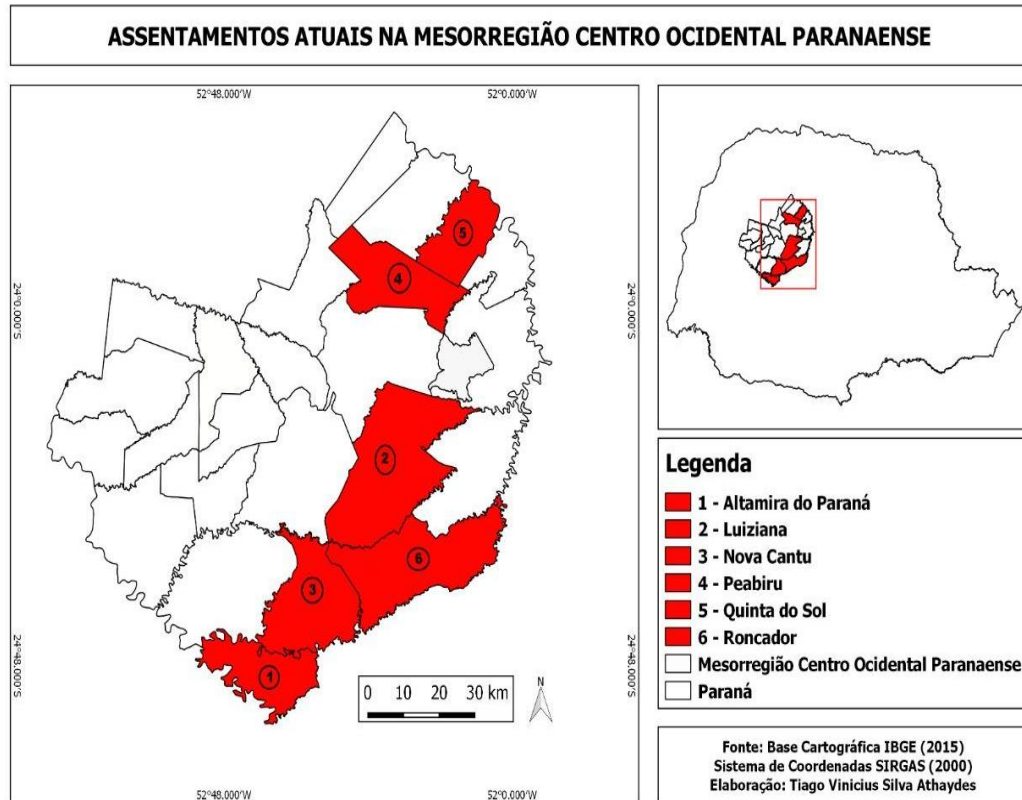
Fonte: IBGE, 2010. Org. SILVA, V. A. 2020

Figura 9 – A territorialização do MST na Mesorregião (2005)



Fonte: IBGE, 2010. Org. SILVA, V. A. 2020

Figura 10 – A territorialização do MST na Mesorregião



Fonte: IBGE, 2010. Org. SILVA, V. A. 2020

Outras ocupações foram ocorrendo nos municípios da Mesorregião, como pode ser visto na imagem 2 a seguir:

Imagem 2 – Ocupação de propriedade do Banco do Brasil



Fonte: Tribuna do Interior, 22 de setembro de 1999.

Conforme observamos na imagem 2, a qual faz referência há uma reportagem

feita pelo do jornal Tribuna do Interior, a repórter afirma que foram realizadas ocupações por dois grupos de trabalhadores rurais ligados ao MST em uma propriedade rural pertencente ao Banco do Brasil, no município de Farol. De acordo com a reportagem, essa propriedade já estava em processo de desapropriação para a criação de assentamentos.

A ocupação dessas terras foi feita por um grupo formado por 10 famílias, sendo que essas famílias vieram da Fazenda São Jorge, do distrito de Nova Cantú (Cantuzinho). Ainda segundo a reportagem, essas famílias receberam orientações do INCRA para ocuparem essas áreas, visto que essas áreas seriam desapropriadas e destinadas à Reforma Agrária.

Outras manifestações ocorreram na região conforme podemos observar nas imagens 3 e 4

Imagem 3 – Manifestação dos trabalhadores rurais



Fonte: Tribuna do Interior, 22 de setembro de 1999.

Imagem 4 – Manifestação dos trabalhadores rurais



Fonte: Fonte: Tribuna do Interior, 22 de setembro de 1999.

Imagem 5 – Manifestações dos Trabalhadores Rurais Sem -Terra no município de Peabiru



Fonte: Tribuna do Interior, 12 de agosto de 1998

O protesto registrado acima foi realizado por famílias provenientes da fazenda Santa Rita e Monte Alto, onde 101 famílias foram assentadas a aproximadamente 2 anos anteriores ao protesto, no Município de Peabiru. Os trabalhadores reivindicavam os R\$ 2 mil de custeio que havia sido oferecido pelo Programa

Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar (PRONAF) como crédito emergencial para o plantio das lavouras. O projeto que liberaria esse recurso foi rejeitado pelo Banco do Brasil, que mudou as normas de financiamento e, com a mudança, os trabalhadores assentados ficaram de fora da linha especial do PRONAF.

Nesse contexto de protestos, reivindicações e ocupações, os quais dão origem ao assentamento, vale ressaltar que, para se tornar assentamento inúmeras lutas foram necessárias e houveram vários conflitos entre Estado, proprietários e trabalhadores rurais. De acordo com Andrade (2005):

A história de ocupação pelo MST, na região, não se fez sem conflitos, outras áreas ocupadas foram palco de violência, confronto entre policiais e as famílias acampadas. [...] Esse processo também representa o início da efetivação do objetivo que é a conquista da terra. Muitas vezes a realização desse só é possível por meio do enfrentamento com o Estado e os latifúndios. (ANDRADE, 2005, p. 215).

O Assentamento Marajó é um dos resultados dessa resistência e dessa luta. Esse assentamento está localizado entre os Municípios de Peabiru e Quinta do Sol, tendo sua área dividida entre esses dois municípios, ou seja, 60% está localizada no Município de Quinta do Sol, sendo que 41 famílias ocupam essa área e, 13 famílias ocupam as terras localizadas no município de Peabiru.

Em 1998 aproximadamente 600 famílias se deslocaram de Barracão e de Querência do Norte para a ocupação da fazenda Marajó, porém, essa primeira ocupação não foi bem sucedida, uma vez que essas famílias foram despejadas, por uma ordem de reintegração de posse, tendo que se abrigarem em outros assentamentos da região. Algumas famílias foram para o assentamento Santa Rita, e outras montaram acampamento às margens da rodovia BR-553, próximo a Luiziana. Podemos observar por meio das imagens 6 e 7 o acampamento.

Imagem 6 – Vista parcial do acampamento às margens da BR 553



Fonte: Arquivo pessoal de Luis Alves (Assentamento Marajó).

7 – Vista parcial do acampamento do MST, despejados da Fazenda Marajó



Fonte: Arquivo pessoal de Luis Alves (Assentamento Marajó).

As famílias despejadas da Fazenda Marajó permaneceram por

aproximadamente um ano acampadas na região até se reorganizarem e realizarem uma nova ocupação. Em 15 de novembro de 1999, receberam mais integrantes formando um grupo de aproximadamente 700 famílias e ocuparam novamente a Fazenda Marajó. Com esse número expressivo de pessoas, conseguiram chamar a atenção do governo e a pressão realizada pelos integrantes do MST resultou na posse da Fazenda Marajó.

As imagens 8 e 9 a seguir demonstram ações dos integrantes do MST no município de Quinta do Sol e de Campo Mourão. Ressaltamos que, essas ações junto à comunidade local eram feitas para tentar demonstrar a realidade vivenciada no campo.

Imagem 8 – Manifestações dos Trabalhadores Rurais Sem -Terra no município de Quinta do Sol



Fonte: Tribuna do Interior, 1999.

O relato da trajetória dos integrantes do MST para conseguirem que o Estado regularizasse a área e realizasse a Reforma Agrária foi um exemplo da realidade vivenciada por muitos trabalhadores rurais que hoje vivem nos assentamentos da Mesorregião. Por meio desse relato fica evidente que nem todas as ocupações foram pacíficas.

As ocupações de terras na Mesorregião não seguiram o mesmo padrão, posto que houveram ocupações conflituosas e outras pacíficas, como foi o caso dos

assentamentos Santo Rei e José Arnaldo dos Santos, localizados em Nova Cantú, os quais passaram por processos de ocupações diferentes, existindo conflitos em uma área e na outra não. Podemos citar também os conflitos da Fazenda São Carlos, área que hoje é o assentamento Marajó.

Imagem 9 – Recorte de uma reportagem sobre a ocupação de terras na região de Campo Mourão



Fonte: Tribuna do Interior, 1999.

É nesse contexto, tanto de passividade quanto de conflitos, que os integrantes do movimento atingem seus objetivos. Vale lembrar que, a luta não acaba com a formação de um assentamento, a luta muda de foco, ou seja, volta-se para a permanência na terra.

4 OS ASSENTAMENTOS JOSÉ ARNALDO DOS SANTOS E SANTO REI

Neste capítulo contextualizaremos, de modo sucinto, a história da luta pela criação dos assentamentos José Arnaldo dos Santos e Santo Rei, em seguida, apresentaremos os dados de produção, organização e das territorialidades.

O assentamento Santo Rei é composto por 70 famílias, e o assentamento José Arnaldo dos Santos por 58 famílias. É importante destacar que, a história de ocupação desses assentamentos ocorreu de formas diferentes, tanto pelo período de implantação, quanto pelas formas de ocupações das terras.

Nesse sentido, a ocupação da terra pelas famílias do assentamento Santo Rei foi marcada por intensa resistência por ambas as partes envolvidas, tanto das famílias como do fazendeiro, o que resultou na reintegração de posse e, por consequência, na saída dos camponeses da fazenda para as margens das rodovias. A entrada e a saída das famílias no território resultaram em sentimentos de medo e insegurança nos trabalhadores, o que perdurou por 9 meses até a entrada definitiva das famílias na área.

4.1 ASSENTAMENTO SANTO REI

A história do assentamento Santo Rei teve início em fevereiro de 1988, quando aproximadamente 800 famílias vinculadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ocuparam o total de 1295,119 hectares. Essa ação foi motivada por denúncias de que a área não estava cumprindo sua função social da maneira como estabelece o Artigo nº. 186 da Constituição Federal de 1988, ao determinar que as propriedades rurais devem ser produtivas e, simultaneamente, atender aos seguintes requisitos:

- I - Aproveitamento racional e adequado;
- II - Utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
- III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
- IV - Exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. (BRASIL, 1988).

Segundo relatos, os problemas que envolviam a área, centravam-se no baixo

aproveitamento da terra, visto que a mesma possuía uma área de 1295, 119 hectares e estava com algumas cabeças de gado. Além disso, tratava-se de uma área sem regularização, ocupada pela família de latifundiários Slavieiro, que também era proprietária da fazenda vizinha. Dessa forma, segundo o relato da dona Maria, assentada, “a propriedade não tinha proveito adequado, quase sem produção, apenas algumas cabeças de gado”.

As razões citadas foram fundamentais para que as famílias ocupassem a área em fevereiro de 1988. A ocupação da área ocorreu de forma conturbada, pois houve resistência dos Slavieiro, alegando que a área pertencia a sua família, iniciando, assim, os processos judiciais e usando de violência durante vários anos para intimidar os sem-terra na região. Tanto que o jornal Folha de São Paulo, publicou uma matéria no dia 21 de agosto de 1997, dizendo que o sem-terra José Arnaldo dos Santos havia sido assassinado pelos seguranças contratados pelos Slavieiro.

Figura 11 – Notícia na Folha de São Paulo



Fonte: Folha de São Paulo, 1997.

De acordo com os relatos e depoimentos de famílias que viveram aquele momento, a luta inicial foi muito difícil e os enfrentamentos se davam constantemente, tanto com a polícia quanto com o fazendeiro. Segundo os trabalhadores, era feito um cerco ao acampamento pelos policiais para impedir a entrada e saída dos sem-terra e apoiadores (inclusive impedindo a entrada de alimentos).

A história foi relatada por um dos assentados, que registrou a imagem do seu filho tomando chimarrão no barraco da família montado às margens da Rodovia PR-239, local onde se refugiavam quando eram despejados da área ocupada.

Imagem 10 – Criança no seu barraco às margens da PR 239



Fonte: Arquivo pessoal de um assentado.

Como dito anteriormente, houveram diversos conflitos durante o processo de ocupação e de acampamento até a posse da área. Foram nove meses de luta até os trabalhadores finalmente tomarem posse da terra no dia 27 de novembro do ano de 1988. Vale ressaltar que, a concretização do acampamento em assentamento foi resultado da persistência e resistência dos trabalhadores, e que essa conquista foi marcada pela perda de um companheiro, José Arnaldo, morto em um dos momentos de tensão.

Graças à resistência dos trabalhadores foi possível tomar posse da área e formar um novo território da Reforma Agrária. Desse modo, após a conquista da terra pelos trabalhadores, deu-se início há uma nova luta, a divisão dos lotes para uma melhor organização da produção e preparação do solo para o plantio, e da construção dos barracos para melhor abrigar as famílias.

Segundo o relato da senhora Trindade, assentada de 63 anos, “no começo foi muito difícil, mas o senhor Reinaldo Bonoto, ajudou muito, emprestava o telefone pra gente se comunicar com a coordenação, depois nós trabalhava em troca do serviço, mandava o trator pra ajudar a preparar a terra”. Diante disso, podemos afirmar que, foi com essas condições precárias e sem nenhuma infraestrutura que os trabalhadores rurais sem-terra organizaram o primeiro assentamento da mesorregião

Centro-Ocidental Paranaense.

Percebemos assim, que a luta dos sem-terra para conquistarem condições dignas para sobreviver com seus familiares foi constante. E só após 32 anos desde a ocupação, em maio de 2018, o INCRA iniciou o processo da titulação dos lotes, repassando os títulos de posse.

4.2 IDENTIDADE E ORIGEM DOS TRABALHADORES DO ASSENTAMENTO SANTO REI

A ocupação do assentamento Santo Rei foi realizada por aproximadamente 800 famílias de trabalhadores rurais sem-terra, sendo que a maior parte dos trabalhadores apresentavam histórias semelhantes, grande parte residia nos municípios de Palmital, de Toledo e de Santa Helena. Eles deram início à constituição do acampamento.

Ao longo do processo o grupo foi reduzido, visto que a área ocupada não comportava esse contingente. Dessa maneira, parte das famílias se destinaram a outros projetos de Reforma Agrária, orientados pela coordenação do MST. E por isso, com a implantação do assentamento manteve-se apenas 70 famílias.

Essas famílias eram constituídas por homens e mulheres que, de forma direta ou indireta, tinham relação com a terra. Outros viam no MST uma forma de retornar ao campo. Assim, tornaram-se aqueles que lutam constantemente para permanecer ou para entrar na terra, isto é, para conquistar frações de território destinadas à reprodução social. (OLIVEIRA, 2001).

Ingressar no MST foi o caminho escolhido por muitos dos trabalhadores que não aceitaram ou não se adaptaram ao trabalho e à vida na cidade, que é o caso da maioria dos assentados. Em entrevista, uma das assentadas, conhecida como Margarida, de 53 anos, afirmou que só trabalhou na terra, desde criança, em outras palavras, essa forma de vida fez parte da sua trajetória infantil e, por consequência, da criação de memórias que envolvem o trabalho no campo.

Um relato similar foi dado pela assentada Maria Vieira, de 51 anos, ao dizer que: “nóis arrendava umas terras, daí tudo começou a ficar muito caro, o dinheiro da produção só dava ‘pra’ pagar a renda, ‘nóis’ ia passar fome desse jeito”. Diante do exposto, podemos observar as dificuldades que os trabalhadores enfrentavam.

Além disso, condições como a pobreza e a exploração também

desencadearam o ingresso no MST, visto que o sistema capitalista é excludente e prioriza as classes dominantes, as quais possuem os meios de produção, ao contrário das classes que vivem em situações de submissão e vulnerabilidade social, cuja única opção é lutar contra todo um sistema que se mostra injusto. (OLIVEIRA, 2007).

Outro relato, referente às precárias condições sociais e econômicas, diz respeito ao trabalhador Vitório, de 63 anos, ao contar que entrou no movimento pois trabalhava de “boia-fria”, ganhava muito pouco e não conseguia trabalho na cidade. O senhor Vitório também se deslocava para trabalhar nas fazendas em busca de sustento para sua família.

Posto isso, percebemos que a constante desterritorialização imposta ao trabalhador faz com que ele sonhe em ter sua própria terra. Esse processo de migração de pessoas à procura de trabalho é ilustrado pelas famílias do assentamento Santo Rei quando contam sobre suas trajetórias. O desânimo oriundo da vida itinerante faz com que ingressar nos movimentos sociais e lutar pela terra se torne uma alternativa para os trabalhadores sem-terra, isso porque, é por meio da conquista definitiva da terra que os trabalhadores se reterritorializam e põe fim às migrações.

Contudo, vale observar que o processo de conquista da terra é um processo longo, uma vez que os trabalhadores continuam se deslocando, não mais de uma fazenda para outra na condição de trabalhadores “boias-frias”, mas sim, de um acampamento para outro na busca do acesso à terra. A partir disso, os deslocamentos passam a ser determinados pelas ações de reintegração de posse realizadas pelo Estado.

A passagem por diferentes acampamentos são relatos de vários trabalhadores, sendo que tais passagens, juntamente com os despejos, fazem parte da trajetória de luta pela terra vivenciada por eles. Como exemplo, temos a senhora Marta, assentada, de 50 anos, que participa do MST há 23 anos e afirma que ficou 4 anos em acampamentos e passou por vários despejos.

Para esses trabalhadores, ingressar no movimento não foi uma decisão simples, embora que para uns tenham sido uma saída, a vida nos acampamentos é cheia de privações, como a falta de moradia, saneamento, educação e segurança. E além dessas privações, existe, ainda, o processo de ocupação e de despejo.

A decisão de participar do movimento gera momentos de medo e

insegurança, principalmente para as mulheres, que temem pela segurança de seus filhos. Algumas dessas trabalhadoras relatam que no começo era muito difícil e que choravam muito, mas com o passar do tempo se adaptaram e o desejo de ir embora passou.

É importante lembrar que, a organização do MST teve um papel fundamental no sentido de proporcionar a aceitação e a adaptação às situações vivenciadas pelos acampados, de levá-los a entender que a conquista da terra seria um processo árduo, que exigiria muita resistência e uma formação política que abarcasse os objetivos da classe trabalhadora, isto é, os sonhos por justiça e igualdade. Dessa forma, compreendeu-se que a conquista da terra e a formação de territorialidades se daria por meio da luta aliada ao trabalho do MST.

A respeito disso, Fernandes (2000) salienta que, a luta e a resistência pela conquista da terra propiciam espaços de formação política que permitem aos camponeses tomarem consciência da condição de expropriados e de explorados, o que os leva a desenvolverem uma natureza coletiva e partirem para a militância.

Quando os trabalhadores tomam consciência de suas realidades e aceitam integrar um grupo, também assumem a identidade de trabalhadores sem-terra, e se recusam continuar na condição de explorados e expropriados. Isso resulta em uma força que é antagônica ao latifúndio e ao agronegócio, já que busca ocupar um território com uma nova ordem, ou seja, se apropriar de uma terra sem o devido cultivo, o que a torna, muitas vezes, improdutivo e incapaz de exercer sua função social, que é proporcionar o trabalho necessário para a sobrevivência de pessoas que necessitam desse recurso para viver. (FERNANDES, 2000).

Nessa conjuntura, a classe trabalhadora, ao se integrar e compreender sua importância na luta por igualdade social, toma consciência de que é detentora de poder. Isso faz com que os trabalhadores rurais sem-terra realizem as ocupações, com o objetivo de possibilitar a conquista de espaço e a formação de territorialidades. Por fim, vale enaltecer que, muitas vezes, é pela confiança no movimento e pelo aprendizado que muitos trabalhadores não abandonam os acampamentos e seguem firmes na conquista pela terra.

4.3 A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DO ASSENTAMENTO SANTO REI

As atividades agrícolas praticadas nos lotes foram modificadas ao longo do tempo com a chegada da tecnologia. A produção que até então fazia uso de

pequenas áreas e de mão de obra familiar, como o plantio de fumo, hortelã, feijão e mandioca, passou a ser uma produção mecanizada, isto é, passou a utilizar máquinas para o plantio e colheita.

No assentamento Santo Rei, podemos observar a presença dessas culturas de subsistência, como o plantio e a colheita manual da mandioca, do feijão, da abobrinha, e a criação de animais de pequeno porte, como porcos e galinhas, como pode ser observado na imagem 11. Existe uma diversidade na produção, porém, muitas vezes, a finalidade está em proporcionar uma alimentação saudável para a família e não em destiná-la aos mercados.

Imagem 11 – Mosaico de fotos da mandioca consorciada com o feijão e da criação de animais de pequeno porte



Fonte: Viviane Aparecida da Silva, 28-09-2021

Além disso, outra atividade econômica desenvolvida pelos assentados é a atividade leiteira. A produção leiteira foi instalada no assentamento por incentivo da política governamental, visto que após as definições dos lotes, os assentados receberam um auxílio do governo para a compra de vacas e para a construção de

casas, uma conquista para a manutenção das famílias nas terras.

Embora seja trabalhoso e pouco rentável, a produção do leite ainda é mantida pelos assentados, pois é uma forma de se obter uma renda mensal. No entanto, o baixo preço pago pelo litro de leite levou à redução do rebanho em alguns lotes e à extensão em outros. Desse modo, o rebanho que resta nos lotes, preenche áreas pequenas, enquanto áreas maiores são ocupadas pela soja.

Na imagem 12, podemos observar uma área que era utilizada para pastagem, sendo preparada para o plantio da soja.

Imagem 12 – Área preparada para o plantio da soja, e ao fundo um pequeno rebanho produtor de leite



Fonte: Viviane Aparecida da Silva, 28-09-2021

Os assentamentos estão inseridos em uma região que é palco do agronegócio, representados pela produção da soja, do milho e do trigo, conforme discutido no capítulo três. Fugir dessa realidade foi uma luta dos assentados que perdurou por alguns anos, mas que perdeu forças pela prática do uso de agrotóxicos nas lavouras vizinhas, o que, infelizmente, prejudicou as lavouras dos assentados.

A perda da produção, juntamente à falta de crédito agrícola e de incentivo municipal/governamental voltadas para a produção nos moldes sugeridos pelo MST que envolviam a agroecologia, resultou na adesão da produção dessas

monoculturas no assentamento.

O crédito agrícola privilegia as grandes propriedades rurais voltadas para a produção de exportação, conforme assegura Fernandes (2022):

Estrategicamente, o agronegócio se apropria de todos os resultados da produção agrícola e da pecuária como se fosse o único produtor do país. A agricultura camponesa que é responsável por mais da metade da produção do campo – com exceção da soja, cana e laranja, não aparece como grande produtor e fica no prejuízo. Com essa estratégia, o agronegócio é privilegiado com a maior fatia do crédito agrícola. (FERNADES, 2022, p. 3).

De acordo com Teixeira (2014), o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA) e, posteriormente, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criados pelo governo de Fernando Henrique, em seu primeiro (1995-2002) e segundo mandato (1995-2002), estimulou a agricultura industrial nos assentamentos (contraditória aos arranjos locais), causando a desarticulação do processo de produção e o endividamento das famílias.

O MST começou a perceber a inviabilidade do modelo agrícola industrial para os assentamentos de Reforma Agrária. Nesse período, o debate em torno da agroecologia surgiu com maior ênfase, visando contornar o problema do endividamento, desenvolvendo processos produtivos financeiramente baratos e buscando alternativas para o modelo agroindustrial hegemônico. (CORREA, 2007).

Para o MST, o modelo de produção que se consolidava no início de 2000, empregado pelo capitalismo no campo e suas tecnologias, tornava-se mais agressivo, com o uso de agrotóxico e com a introdução dos transgênicos. Nesse sentido, a forma de combater esse modelo devastador seria por meio da Reforma Agrária e, pela implantação de um modelo de produção voltado para a agroecologia.

Elementos desse modelo de produção proposto pelo MST estiveram presentes no IV, V e VI Congresso Nacional de Reforma Agrária. Para o movimento, a mudança no modelo de produção seria possível se as famílias assentadas e acampadas assumissem a tarefa de produzir alimentos saudáveis.

A agroecologia representa para o MST, acima de tudo, uma alternativa ao modelo hegemônico de desenvolvimento da agricultura brasileira. Todavia, não foram todos os assentamentos que conseguiram colocar em prática essas orientações e, assim, acabaram sendo inseridos no modelo produtivo implantado

pelo capital.

No caso dos assentamentos do município de Nova Cantú, a justificativa para a implantação desse modelo está atrelada a localização, visto que o assentamento se encontra em uma região em que há o predomínio das culturas de milho, trigo e soja. Dessa forma, fugir desse modelo de agricultura e assegurar o modelo de agricultura sustentável do MST constitui outra luta dos assentados, a qual percebemos *in loco* que alguns desses não conseguiram vencer.

Mesmo que o MST e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) se posicionem contra o cultivo de soja nos assentamentos rurais, essa é uma realidade que vêm ocupando cada vez mais territórios de assentados, principalmente pelo valor agregado à produção no mercado internacional. Outro fator contribuinte para a apropriação do espaço nos lotes é o envelhecimento e a diminuição da mão de obra familiar nos assentamentos rurais.

Embora possuindo unidades de produção pequenas, com aproximadamente 6 a 7 ha, muitos assentados, principalmente do assentamento Santo Rei, têm sua área ocupada pelo plantio de soja, o que pode ser observado na imagem 13.

Imagem 13 – Mosaico da vista parcial dos lotes no assentamento Santo Rei



Fonte: Viviane Aparecida da Silva, 28-09-2021

Vários fatores contribuíram para a adesão da cultura da soja pelos assentados, como a localização e o relevo, por exemplo, pois a forma de relevo suavemente ondulada é propícia para essa cultura. Além do emprego da mecanização associada ao pacote tecnológico, que conta com insumos e sementes disponibilizadas pelas empresas agropecuárias do ramo instaladas no município.

Quando os trabalhadores são questionados sobre a produtividade atual dos lotes eles declaram que mantêm uma pequena horta, alguns ainda plantam feijão, mandioca, batata doce e abóbora. Porém, quando se trata da produção que gera renda, a produtividade está voltada para o leite, soja e milho, como podemos ver na tabela 4.

Tabela 4 – Produtividade do assentamento Santo Rei no ano de 2021

Assentado	Alqueire	Sacas Soja/ ano	Sacas Milho/ ano	Rebanho	Litro/ dia
Assentado 1	-	-	480	33	300
Assentado 2	-	840	620	40 porcos	-
Assentado 3	-	840	720	12 porcos	-
Assentado 4	6	830	-	-	-
Assentado 5	6,8	-	-	-	-
Assentado 6	-	800	700	6	-
Assentado 7	6	850	710	11	160
Assentado 8	5,8	700	600	22	240
Assentado 9	8	980	840	-	-
Assentado 10	6	840	720	-	-
Assentado 11	7	822	750	-	-
Assentado 12	5,8	812	690	9	100
Assentado 13	6	850	700	-	-
Assentado 14	6,2	700	650	17	160
Assentado 15	6	830	680	-	-
Assentado 16	5,2	630	540	10	100
Assentado 17	5	620	516	10	100
Assentado 18	1,89	280	240	2	20
Assentado 19	5,8	630	540	25	220
Assentado 20	6,5	800	710	9	100
Assentado 21	6	550	480	30	300
Assentado 22	7	450	380	31	400
Assentado 23	5	580	460	3	40
Assentado 24	2	280	240	11	100
Assentado 25	7	670	560	30	300
Assentado 26	6	770	630	-	-

Fonte: Informação verbal. Org.: Viviane Aparecida da Silva, 2021

Ao analisarmos os dados de produção na tabela 4, fica evidente a subordinação do território dos trabalhadores rurais vinculados ao MST às culturas modernas da soja e do milho. A cultura do milho é para atender as necessidades de alimentação dos animais, e a cultura da soja é para atender ao mercado. Esse território passa a ser utilizado em benefício dos agentes hegemônicos, tratando-se, então, do trabalhador subordinado em seu próprio território. Essa condição de subordinação reproduzida no campo pode acarretar na desterritorialização desse trabalhador.

4.4 ASSENTAMENTO JOSÉ ARNALDO DOS SANTOS

A história de luta dos trabalhadores rurais sem-terra do assentamento José Arnaldo dos Santos, no que se refere ao processo de ocupação, ocorreu de forma

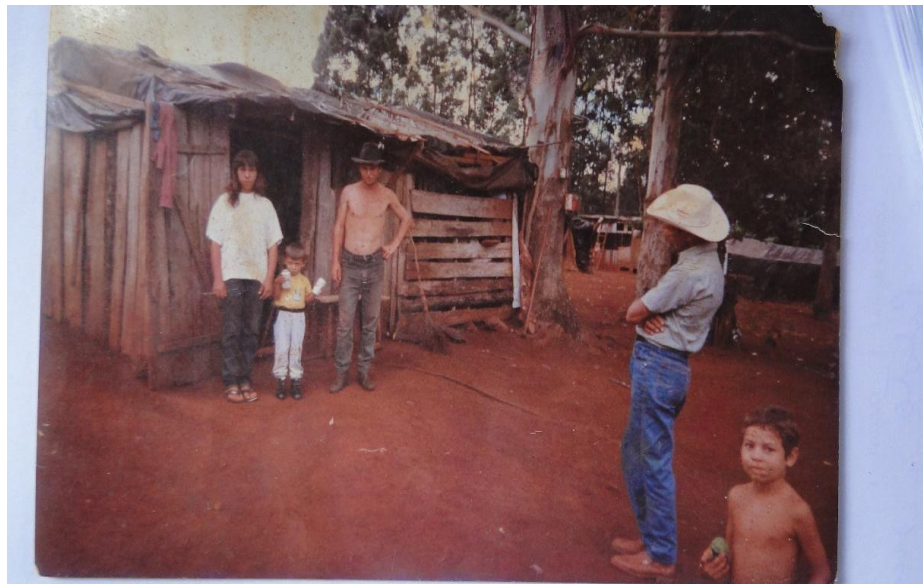
distinta em relação ao assentamento Santo Rei.

Ao contrário da luta travada entre “proprietário” e trabalhadores na Fazenda Santo Rei, a ocupação da área do assentamento José Arnaldo dos Santos foi pacífica, não havendo confronto. Segundo o relato do senhor Francisco, assentado, “a porteira estava aberta, a polícia veio aqui, mas não fizeram nada, tinha uma pessoa aqui que nos recebeu e falou que estava tudo certo, que podíamos ficar”. Ao todo eram 200 famílias, que vieram dos municípios do entorno, principalmente de Pitanga e Palmital.

Embora não tenha existido confrontos, a luta não foi diferente no que se refere ao processo de instalação, início de produção e territorialização do espaço. O processo de instalação e organização por meio da construção dos barracos foi marcado por um período de muitas dificuldades e de construção de identidade, as quais estavam atreladas ao processo de territorialização dessas famílias recém instaladas.

Na imagem 14, podemos observar a precariedade em que as famílias viveram até a chegada de recursos para a construção de suas casas.

Imagem 14 – Vista parcial de um dos primeiros barracos no assentamento José Arnaldo dos Santos



Fonte: Arquivo pessoal de um assentado (2000).

Esses atores sociais estavam dando forma para a construção de suas novas identidades e territorialidade por meio dessas idealizações. De acordo com Castells (2001):

[...] a fonte de significado e experiência de um povo. No que diz respeito a atores sociais, entendo por identidade o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado. (CASTELLS, 2001, p. 22).

É evidente que, nesses primeiros momentos dentro da área ocupada a edificação dos barracos proporcionou experiências de grande relevância para cada ator social.

No assentamento José Arnaldo a produtividade leiteira apresenta-se em um número maior de lotes, pois o relevo mais ondulado não é favorável ao cultivo da soja. Todavia, a prática dessa cultura não está descartada, já que é possível ver algumas plantações nos “pés” dos morros. A diferença na produção de Soja nos lotes dos assentamentos é o tamanho das áreas que se produz, devido ao tipo de relevo. Como podemos observar na imagem 15.

Imagem 15 – Assentamento José Arnaldo dos Santos



Fonte: Viviane Aparecida da Silva, 10-12- 2020

A atividade leiteira constitui outra fonte de renda dos assentados e está presente nos dois assentamentos, sendo que, o que diferencia um do outro é o número de assentados que desenvolvem essa produção. Em conformidade com o resultado do trabalho de campo, foi possível identificar a presença da atividade leiteira em um número maior de lotes no assentamento José Arnaldo dos Santos.

Um fator considerado favorável à essa diferença pode estar relacionado às condições de relevo, visto que o relevo do assentamento em questão apresenta ondulações, o que não é propício para a plantação, cultivo e colheita de soja. No entanto, é conveniente à criação de animais, como o gado, por exemplo.

A imagem abaixo é um registro da atividade leiteira. Nela podemos observar os animais, bem como, o curral em que esses animais são ordenhados, a pastagem, e o resfriador no qual o leite é armazenado até a retirada pelo caminhão do laticínio.

Imagem 16 – Mosaico do Assentamento José Arnaldo dos Santos



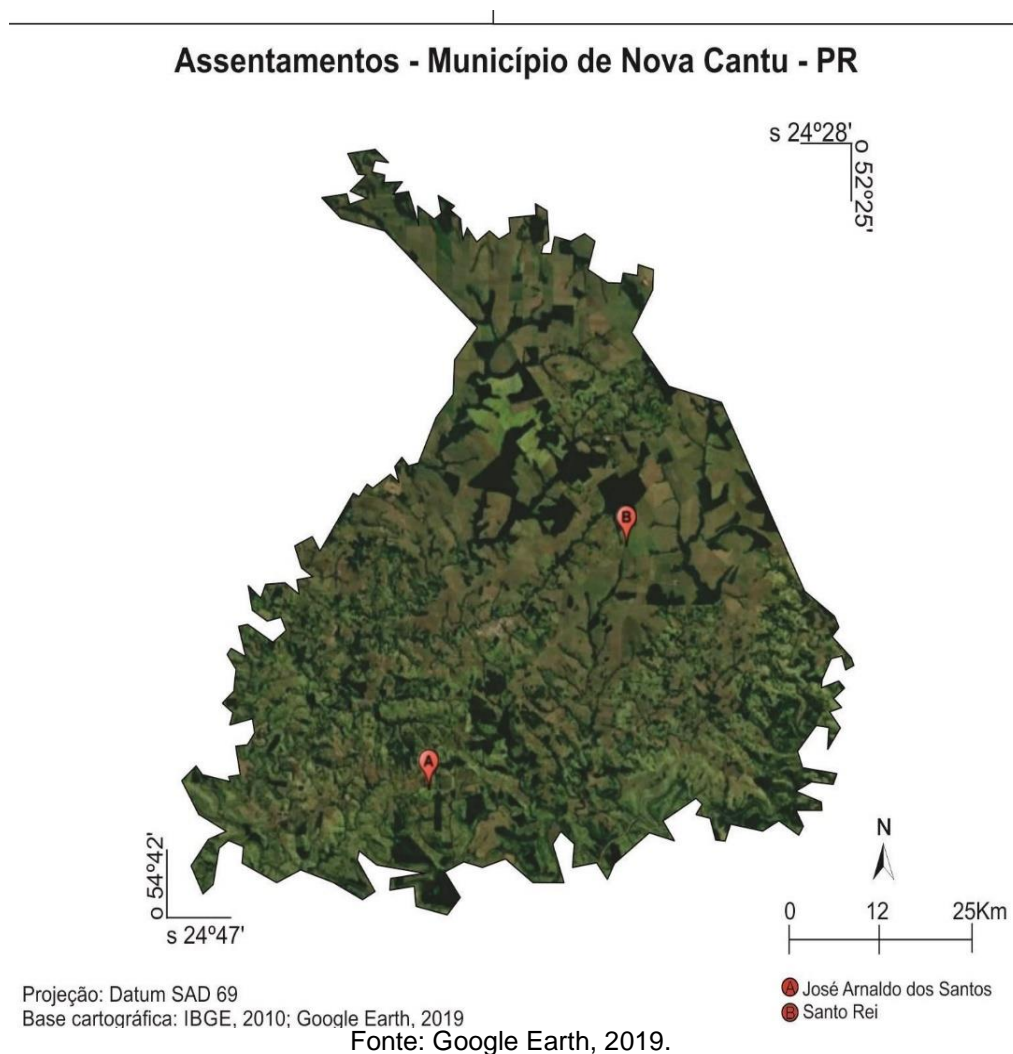
Fonte: Viviane Aparecida da Silva, 10-12- 2020

Ao analisarmos as imagens dos lotes e a produtividade, e as compararmos com a imagem de satélite (figura 12), podemos notar que a diferença no relevo do município de Nova Cantú em que estão localizados os dois assentamentos fica evidente.

Essa diferença no relevo reflete nas atividades econômicas do município, e, conseqüentemente, dos assentamentos. De acordo com os dados do IPARDES

(2018), 49,11% dos estabelecimentos agropecuários do município de Nova Cantú têm como principal atividade a pecuária e a criação de outros animais. Em segundo lugar, com 48,14%, encontra-se a lavoura temporária, e apenas 25,6 % refere-se às atividades de horticultura e floricultura.

Figura 12 – Imagem de satélite da área do município de Nova Cantú e a localização dos assentamentos



Os dados apresentados pelo IPARDES apresentam a produção das principais culturas praticadas nos assentamentos, em que predominam a pecuária, a criação de outros animais, a lavoura temporária e, por último, a horticultura. Podemos perceber que isso ocorre por não ser proporcionado uma renda significativa à essas famílias, o que está atrelado à subsistência destas. Podemos constatar *in loco* os dados apresentados pelo IPARDES, conforme é possível observar na tabela 5, a qual

indica a produtividade do assentamento.

Tabela 5 – Produtividade do assentamento José Arnaldo dos Santos no ano de 2021

Assentado	Alqueire	Sacas Soja/ ano	Sacas feijão/ ano	Sacas Trigo/ ano	Sacas Milho/ ano	Rebanho/ cabeça	Litro/ dia
Assentado 1	-	600	50		-	30	300
Assentado 2	-	-	-		-	40	400
Assentado 3	-	530	-		400	40	400
Assentado 4	-	-	-		-	-	-
Assentado 5	3	-	-		-	-	-
Assentado 6	7	950	-		800	-	-
Assentado 7	-	900	-		760	-	-
Assentado 8	7	420	-		360	35	340
Assentado 9	-	750	-		610	-	-
Assentado 10	8	930	-	120	820	-	-
Assentado 11	13	1400	-		1200	30	300
Assentado 12	-	720	-		400	-	-
Assentado 13	6,2	560	-		440	35	340
Assentado 14	-	840	-		560	-	-
Assentado 15	8	1050	-		900	-	-
Assentado 16	13	1680	-		1440	30	300
Assentado 17	-	800	-		530	-	-
Assentado 18	6	450	-		380	24	240
Assentado 19	13	1750	-		1500	-	-
Assentado 20	5	540	-		540	30	300
Assentado 21	5	480	35		-	29	280
Assentado 22	8,5	1120	-		-	15	180
Assentado 23	2,8	400	-		370	28	280
Assentado 24	5	430	-		380	25	240
Assentado 25	-	560		600	470	-	-
Assentado 26	12	1650	-		1400	12	120
Assentado 27	7	700	-		600	-	-
Assentado 28	9	1120	-		60	22	220
Assentado 29	7	420	-		-	48	480
Assentado 30	7	770	-		570	-	-
Assentado 31	8	828	-		-	22	220
Assentado 32	7	812	-		690	-	-
Assentado 33	10	1330		950	1140	-	-
Assentado 34	7	840	-		730	-	-
Assentado 35	10	1400		1000	1200	-	-
Assentado 36	7	560	-		480	10	100

Fonte: Informação verbal. Org.: Viviane Aparecida da Silva, 2021

Em concordância com as informações da coletadas no assentamento, a maior parte da produção de milho está direcionada à produção de silagem, que é utilizada para alimentar o gado no período de inverno.

4.5 O PRECONCEITO POR PERTENCER AO MST

Constatamos que o desconhecimento da realidade e a falta de informação

foram grandes barreiras enfrentadas pelas famílias de ambos assentamentos durante o processo de ocupação. Embora já tenha se passado mais de 30 anos, alguns dos assentados ainda sofrem com o preconceito da sociedade.

Em vários depoimentos pudemos observamos que os assentados foram incisivos em suas falas, e segundo eles, na época de ocupação havia muito preconceito da população local. Tal preconceito ainda existe nos dias de hoje, entretanto, hoje o preconceito é mais velado e não escancarado como era no início da ocupação.

A assentada Eli comenta que ao chegar com sua mãe em determinados estabelecimentos em Nova Cantú e dizer que eram do assentamento, as pessoas passavam a tratá-las de forma diferente. Ela diz ainda que muitas pessoas tinham medo de passar pelo assentamento, pois, pensavam que ali viviam pessoas perigosas.

A mesma situação sobre o preconceito pode ser observada no relato da assentada Bete:

Antigamente, o povo falava que aqui tinha gente matando. Os meninos que vinham da escola de noite tinham muito medo de passar lá em cima na estrada, pensavam que ia matar eles porque ficava sempre alguém de vigia, mas a vigia era pra proteger “nóis” dos capangas dos fazendeiros. A gente tinha muito medo de ser atacado durante a noite. (BETE, 2021).

A partir desses relatos, é possível questionarmos e refletirmos sobre como a sociedade tomou para si a ideia de que os trabalhadores que ocupam áreas de terra não são pessoas ‘amigáveis’. Essa forma de pensar foi induzida pela classe dominante, que sempre pretendeu ficar com os meios de produção ao invés de contribuir para uma nação justa. Para ela, é mais cômodo que as pessoas pensem e fiquem contra os trabalhadores sem-terra, pois, assim não há a junção de forças em prol do mesmo objetivo, ou seja, condições de vida adequadas para a sobrevivência.

Dessa forma, ficou claro durante as entrevistas que o preconceito ainda existe, mesmo que de forma mais branda, como relata a assentada Cida:

Depois de 30 anos o povo ainda tem preconceito e só fica falando lá no sem-terra. Um dia eu “tava” na escola e uma menina ficava falando sem-terra, sem-terra, eu disse pra ela que aqui todo mundo tinha terra, quem não tinha terra era ela que morava na favela. Aqui “nóis” têm terra, têm casa, comida. Eu falo com orgulho que moro no assentamento Santo Rei, quando vou passar o endereço aqui de casa eu falo comunidade Santa Isabel assentamento Santo Rei. (CIDA, 2021).

Sabemos que muitos desses preconceitos estão relacionados às informações obtidas pelos meios de comunicação de massa, pois, as mídias, muitas vezes, reproduzem os interesses da elite. Para Martins (2000, p. 20), “[...] a mídia, [...], no geral, apresenta interesses contrários à luta pela terra e à propriedade social e política da questão agrária”. O autor explica que isso ocorre em razão de que é a elite que detém o poder de compra, e que esse, por vezes, é mais atrativo aos meios de comunicação do que abrir os olhos da classe trabalhadora em relação a seus direitos e à importância da luta que vai contra o sistema capitalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história agrária brasileira/paranaense é marcada pela concentração de terras e produção das monoculturas que se espalharam pelo território, além da exploração do trabalhador rural. Vale ressaltar que, há uma grande complexidade no processo histórico de ocupação, produção e exploração, que nessa pesquisa foi tomado como elemento fundamental para compreendermos a territorialização dos assentamentos rurais na mesorregião, bem como, os objetos desse estudo, os assentamentos José Arnaldo dos Santos e Santo Rei.

As histórias das famílias dos assentamentos José Arnaldo dos Santos e Santo Rei revelaram a luta que se iniciou com a formação dos acampamentos e, posteriormente, quando formaram os assentamentos, assim como, os desafios enfrentados para o manejo da terra e para a construção de moradias. Dessa forma, o acesso à terra proporcionou a construção de territorialidade, de luta e resistência, o que deu início à uma nova organização espacial, provida de identidade e significação de culturas.

Durante o estudo, observamos que a luta pela terra pode ser vista como o resultado das transformações que ocorreram ao longo do tempo, sobretudo com a participação do capital na agricultura. Isto ocasionou diversos efeitos que tenderam a se intensificar com a política praticada durante o período de ditadura Militar, tais como: expropriação, concentração, mecanização, industrialização e exploração do trabalhador. Esses elementos potencializaram a formação de grupos que lutaram pela Reforma Agrária.

Averiguamos que a desterritorialização camponesa deu-se, principalmente, a partir do processo de modernização agrícola, impulsionada no início da década de 60, e que, entre outras características, destacou-se a mudança na relação de trabalho proporcionada pela concentração fundiária.

Buscamos com essa dissertação enfatizar a importância da luta da classe trabalhadora no sentido da conquista de direitos, os quais são ocultados pelo sistema capitalista. No entanto, identificamos a apropriação dos territórios dos assentados pelo capital, por meio da produtividade voltada ao mercado externo. Apropriação essa, que engloba vários fatores das nossas observações.

Concluimos que, embora a cultura capitalista esteja presente nos assentamentos não podemos deixar de relatar a importância destes para o

município de nova Cantú, o qual tem sua economia local movimentada pelas famílias desses assentamentos, visto que esses trabalhadores consomem diversos produtos no comércio local, contribuindo assim, na geração de renda para outras famílias.

REFERÊNCIAS

- ACANDA, J. **Hegemonia e sociedade civil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.
- ANDRADE, A. V. **Vilas Rurais da microrregião de Campo Mourão**. 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2005.
- ANDRADE, A. A. V. O Avanço tecnológico no campo e suas implicações no cenário rural da microrregião geográfica de campo mourão 1970-2006. *In*: PONTILI, R. M.; COLAVITE, A. P. (Org.) **Estudos Regionais: Enfoque socioeconômico, ambiental, educacional e da paisagem**. Campo Mourão: Fecilcam, 2009.
- ANDRADE, A. A. V. **Poder, Estado e Capital nos Processos Des-Re-Territorialização no Campo na Microrregião Geográfica de Campo Mourão-PR**. 2013. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.
- ANJOS, F. S.; CALDAS, N. Da medida do rural ao rural sob medida: representações sociais em perspectiva. **História, Ciências, Saúde**. Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 385-402, junho, 2014.
- BRASIL. **Política nacional de assistência técnica e extensão rural**. Brasília: MDA, 2003.
- BRASIL. Senado Federal. Secretaria de Editoração e Publicações. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto promulgado em 05 de outubro de 1988. Brasília: Secretaria de Editoração e Publicações, 2013 [1988].
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 15 dez. 2021.
- BRASIL. **Decreto nº 433 de 24 de janeiro de 1992**. Dispõe sobre a aquisição de imóveis rurais, para fins de reforma agrária, por meio de compra e venda. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D0433.htm. Acesso em: 17 dez. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 4.132 de 10 de setembro de 1962**. Define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/LEIS/L4132.htm>. Acesso em: 20 dez. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 8.629 de 25 de fevereiro de 1993**. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8629.htm. Acesso em: 20 dez. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **II Plano Nacional de Reforma Agrária**: paz, produção e qualidade de vida no meio rural. 2003. 40p.

BERGAMASCO, S. M.; NORDER, L. A. C. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BRENNEISEN, E. C. **Relação de poder, dominação e resistência**: O MST e os assentamentos rurais. Cascavel: Edunioeste, 2002.

CALDAS, R. W. (Coord.). **Políticas públicas**: conceitos e práticas. Belo Horizonte: SEBRAE/MG, 2008.

CALDART, R. S. O MST e a formação dos Sem Terra: O movimento Social como princípio educativo. *In*: GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. (orgs). **A cidadania negada**: políticas de exclusão na educação e no trabalho. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CANCIAN, N. A. **Cafeicultura paranaense – 1900/1970**. Curitiba: Grafipar, 1981.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. 3. ed. V. 2. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CORREA, C. **O MST em marcha para a Agroecologia**: uma aproximação à construção histórica da Agroecologia no MST. 2007. 61f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia) – Universidade Internacional de Andalúcia e Universidade de Córdoba, 2007.

COUTINHO, C. N. C. G. **Um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

COSTA, F. R. **Impacto do uso do solo na qualidade da água do reservatório da Usina Hidrelétrica Mourão I**. 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2005.

COSTA, F. R. A mobilidade da população paranaense a partir da reestruturação produtiva (1970-2010). *In*: **Revista Geografia Londrina**, 2012.

COLOGNESE, S. A.; MÉLO, J. L. B. A técnica da entrevista na pesquisa social. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v.9, p. 143-159. 1998.

DATALUTA – **Banco de Dados da Luta pela Terra**: Relatório 2010. Disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br/rededataluta/relatorios/brasil/dataluta_brasil_2010.pdf. Acesso em: 22 jun. 2021

DELGADO, G. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. JACCOUD, L.(ed.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. 1. ed. Brasília: IPEA, 2005. p. 51-90

DEPRÁ, G. **O lago de Itaipu e a luta dos avá-guarani pela terra**: representações na imprensa do oeste do paraná (1976-2000). 2006. Dissertação (Mestrado em

História) – Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em História – Universidade Federal da Grande Dourados, Mato Grosso do Sul, 2006.

FABRINI, J. E. **Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do Centro-Oeste/PR enquanto território de resistência Camponesa**. 2002. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, 2002.

FABRINI, J. E. **A resistência camponesa nos assentamentos de sem-terra**. Cascavel: Edunioeste, 2003.

FABRINI, J. E. **Assentamento de trabalhadores sem-terra: experiências de lutas no Paraná**. Marechal Cândido Rondon: LGeo, 2001.

FABRINI, J. E.; ROOS, D. **A espacialização da luta pela terra no Paraná**. Paraná: Espaço Plural, 2007.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 1996.

FERNANDES, B. M. **Espacialização e territorialização da luta pela terra: A formação do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra no Estado de São Paulo**. 1994. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

FERNANDES, B. M. **Contribuição ao Estudo do Campesinato Brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (1979 –1999)**. 1999. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

FERNANDES, B. M. **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

FERNANDES, B. M. 27 anos do MST em luta pela terra. *In*: FERRANTE, V. L. S. B.; WHITAKER, D. C. A. **Reforma Agrária de Desenvolvimento – Desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. Brasília: MDA; São Paulo: Uniara, 2008.

FERNANDES, B. M. **Dataluta – banco de dados da luta pela terra: atualização do cadastro dos movimentos socioterritoriais para o ano de 2007**. Relatório Parcial CAPES: Período: julho de 2008 a abril de 2009.

FERNANDES, B. M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. *In*: STÉDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 2000**. 7. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013, v. 7, p. 173 – 238.

FERNANDES, B. M. **Agronegócio e Reforma Agrária**. 2022

FERNANDES, B. M. Formação e territorialização do MST no Brasil: 1975-2005. *In*: **Abordagens teóricas metodológicas em geografia agrária**. Orgs.: MARAFON, G. J.; RUA, J.; RIBEIRO, M. A. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

GOOGLE EARTH WEBSITE. Disponível em: <http://earth.google.com/>. 2009.

GRZYBOWSKI, C. **Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: o “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. *In*: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. **Território e territorialidades**: teoria, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

HAESBAERT, R. **Território e multiterritorialidade**: um debate. *Geographia*, Niterói, UFF, Ano 9, n. 17, 19-46, 2007.

HESPANHOL, A. N. **O binômio soja/trigo na modernização da agricultura do Paraná**: o caso dos municípios de Ubiratã, Campina da Lagoa e Nova Cantú. 1990. 223f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1990.

HESPANHOL, A. N. A formação sócio-espacial da região de Campo Mourão e dos municípios de Ubiratã, Campina da Lagoa e Nova Cantú – PR. *In*: **Boletim de Geografia**. Maringá, Departamento de Geografia. Ano 11, n. 1, dezembro, 1993.

HESPANHOL, A. N. Geografia Agrária: teoria e poder. *In*: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. (Org.) **O Desenvolvimento do Campo Brasileiro**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário Paraná 1970**. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário Paraná 1980**. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário Paraná 1996**. Disponível em: https://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm. Acesso em: 10 mai. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2009**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/2727>. Acesso em: 10 mai. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6710#resultado>. Acesso em: 10 mai. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/200>. Acesso em: 05 mai. 2021.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Classificação dos imóveis rurais**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/tamanho-propriedades-rurais>. Acesso em: 15 out. 2010.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Classificação dos imóveis rurais**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/tamanho-propriedades-rurais>. Acesso em: 22 jul. 2017.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Classificação dos imóveis rurais**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/tamanho-propriedades-rurais>. Acesso em: 10 maio. 2018.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Classificação dos imóveis rurais**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/tamanho-propriedades-rurais>. Acesso em: 13 nov. 2020.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Jornal dezembro 2010**, nº 02, 2010. Disponível em: http://www.incra.gov.br/media/servicos/publicacao/livros_revistas_e_cartilhas/jornal_incra_27_01_2011.pdf. Acesso em: 01 jun. 2021.

IPARDES. **Leituras Regionais: Mesorregião Centro-Ocidental Paranaense**. Curitiba: IPARDES, 2004.

JORNAL Tribuna do Interior. **Ocupação do Banco do Brasil de Peabiru, pelos trabalhadores rurais sem terra**. 22 de setembro de 1999. Arquivo Tribuna do Interior.

KLEINKE, M. de L. U.; DESCHAMPS, M. V.; MORA, R. Movimento migratório no Paraná (1986-91 e 1991-96): origens distintas e destinos convergentes. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. v. 1, n. 95, p. 27-50, janeiro/abril, 1999.

LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. Paris: Anthorpos, 1986.

MAACK, R. **Geografia Física do Estado do Paraná**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte do Estado do Paraná, 1981.

MAACK, R. **Geografia Física do Estado do Paraná**. 3. ed. Curitiba, 2002.

MARTINE, G.; GARCIA, R. C. **Os Impactos Sociais da Modernização Agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987.

MARTINE, G.; BESKOW, P. R. O Modelo, os Instrumentos e as Transformações na Estrutura da Produção Agrícola. *In*: MARTINE, G.; GARCIA, R. C. **Os Impactos Sociais da Modernização Agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987.

MARTINS, José Souza. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

MARTINS, F. J. **Gestão democrática e ocupação da escola: o MST e a educação.** Porto Alegre: EST, 2004.

MARTINS, J. S. **A militarização da questão agrária no Brasil.** 2. ed., Petrópolis: Vozes, 1985.

MARTINS, J. S. **Capitalismo e Tradicionalismo.** São Paulo: Pioneira, 1975.

MARTINS, J. S. **Exclusão social e a nova desigualdade.** São Paulo: Paulus, 1997.

MARTINS, J. S. **Reforma Agrária: o impossível diálogo.** São Paulo: EDUSP, 2000.

MARTINS, J. S. As mudanças nas relações entre a sociedade e o Estado e a tendência de anomia nos movimentos sociais e nas organizações populares. **Estudos Avançados**, v.14, n. 38, jan-abr. 2000b.

MESQUITA, O. V.; SILVA, S. T. A evolução da agricultura na região sul na década de 70. *In: Revista Brasileira de Geografia.* Rio de Janeiro: IBGE, 1987.

MIRALHA, W. **A Organização interna e as relações externas dos assentamentos rurais no município de Presidente Bernardes – SP.** Presidente Prudente: [s.n.], 2006. 199 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2006.

MORISSAWA, M. **A história da luta pela terra e o MST.** São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MST. **Caderno de formação nº 9.** MST, 1986.

MST. **Caderno de formação nº 10.** MST, 1986.

MST. **Caderno de formação nº 12.** MST, 1987.

MST. **Caderno de formação nº 17.** MST, 1989.

MST. **Caderno de formação nº 20.** MST, 1983.

MST. **Caderno de formação nº 21.** MST, 1994.

MST. **Lutas e Conquistas.** 2. ed. São Paulo, 2010.

MST. **A reforma agrária necessária.** São Paulo: MST. 2006.

MST. **Jornada de agroecologia: reforma agrária garantirá soberania alimentar.** 2011. Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/12074>. Acesso em: 20 jul. 2021.

NERA - **Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/UNESP.** Coord.: FELICIANO, C. A. Presidente Prudente, São Paulo.

OLIVEIRA, A. U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 15, n. 43, p. 185 – 206, 2001.

OLIVEIRA, A. U. **A Geografia das lutas no campo**. 13. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

OLIVEIRA, A. U. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

ONOFRE, G. **Campo Mourão: Colonização, Uso do Solo e Impactos Sócioambientais**. 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Pós-Graduação em Geografia – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2005.

PEREIRA, L. F. L. **Paranaísmo: cultura imaginário no Paraná da Primeira República**. 1996. Dissertação (Mestrado) – Setor de Ciências, Letras e Artes – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1996.

PRIORI, A. *et al.* **História do Paraná: séculos XIX e XX**. Maringá: Eduem, 2012. 234 p. ISBN 978-85-7628-587-8. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 14 fev. 2022.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAFFESTIN, C. A produção das estruturas territoriais e sua representação. *In*: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 17-35.

RAMOS, G. C. D. ¿Por qué es importante la ecología política? **Revista Nueva Sociedad**, N. 244, 2013.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

Sem-terra morre ferido no Paraná. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 20 de Ago. 1997. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc210822.htm>. Acesso em: 20 de jun. de 2021.

SERRA, E. **Processos de ocupação e a luta pela terra agrícola no Paraná**. 1991. 361p. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1991.

SERRA, E. A colonização empresarial e a repartição da terra agrícola no Paraná moderno. *In*: **Boletim de Geografia**. Maringá, Departamento de Geografia. Ano 11, n. 1, dezembro, 1993.

SERRA, E. Reflexões Sobre a origem da crise agrária no norte do Paraná. *In: Boletim de Geografia*. Maringá, Departamento de Geografia. Ano 19 – n. 1, 2001.

SERRA, E. Noroeste do Paraná: o avanço das lavouras de cana e a nova dinâmica do uso do solo das zonas de contato arenito-basalto. **Revista Campo Território**. Uberlândia, v. 5, n. 9, p. 89-111, 2010.

SCOLESE, E. **A reforma agrária**. Brasil: Publifolha, 2005.

SILVA, J. G. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Zahar Editores, 1982

SILVA, J. G. **O novo rural brasileiro**. Campinas: UNICAMP, Instituto de Economia, 1999. 153p. (Coleção Pesquisa, 1).

SILVA, J. G. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

SILVA, J. G.; WEID, J. M. V. d.; BIANCHINI, W. **O Brasil Rural precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento Rural**. Brasília: Ministério Para o Desenvolvimento Agrário, 2001.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Consolidação da dominação do capital monopolista no Brasil e as mudanças ocorridas na agricultura. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, p. 5-22, 1981.

SIMIONATTO, I.; COSTA, C. R. **Como os dominantes dominam**: o caso da bancada ruralista. 2012. *Temporalis*, 12, 24: p. 215-237.

SORJ, B. **Ensino e Pesquisa das Relações Internacionais no Brasil**. São Paulo: Flacso, 1998.

SORIANO, S. M. P. **Expropriação e violência**: a luta dos trabalhadores rurais pelo acesso à terra (Campo Mourão: 1946-1964). 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2002.

STEDILE, J. P.; SÉRGIO, F. **A Luta pela Terra no Brasil**. São Paulo: Scritta, 1993.

SOUZA, M. J. L. O Território: sobre o espaço e poder, autonomia desenvolvimento. *In: CASTRO, I. E. (Org.). Geografia: conceitos e temas*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

TRIBUNA DO INTERIOR. **Reportagens de 1999**. Disponível em: <https://www.tribunadointerior.com.br/>. Acesso em: 22 jun. 2021.

WESTPHALEN, C. M.; MACHADO, B. P.; BALHANA, A. P. Nota Prévia ao Estudo da Ocupação da Terra no Paraná Moderno. *In: Boletim da Universidade Federal do Paraná*. n. 7. Curitiba: UFPR, 1968.

YOKOO, E. N. **Terra de Negócio**: Estudo da colonização no oeste paranaense. 2002. 177 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2002.

APÊNDICE A - Roteiro de entrevista realizada com os assentados no período de novembro de 2020 a fevereiro de 2022

Entrevistado(a):

Data da entrevista:

Assentamento:

1 – Há quanto tempo você e sua família fazem parte do MST?

2- Qual a atividade realizava antes da luta pela terra?

3 – Você participou da ocupação? Conte o que você lembra sobre o ato de ocupação.

4-Se ficaram acampados, por quanto tempo?

5 – Como estava a estrutura da propriedade quando vocês ocuparam?

6- Houve confronto com a polícia (violência) durante o processo de conquista?

7 – Todas as famílias que participaram da ocupação ainda estão vivendo na área?

8- Existem equipamentos/maquinários que são de uso coletivo?

9 -Existem atividades que são desenvolvidas coletivamente ou toda a produção se dá de maneira individual (pela responsabilidade de cada família em seu lote)?

10 -A produção acontece de maneira convencional ou orgânica, agroecológica?

11- Há orientação técnica da Emater no Assentamento?

12 -Quais os principais produtos produzidos no Assentamento?

13 - Fale sobre como era e como é a relação com a sociedade local.

14-Relações com os fazendeiros locais? Há conflitos, pressão? Quais, por exemplo?

15 Há preconceito da sociedade em geral, quando vocês se definem como assentados?

16 - O que você acha que falta para melhorar a vida no assentamento?

APÊNDICE B - ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO		
Nome do assentado: _____		
1. Nome do assentamento: _____		
2. Área total: _____		
II. Identificação/dados anteriores a vinda para o assentamento rural		
1. Idade _____		
2. Gênero: M () F ()		
3. Grau de escolaridade:		
Superior completo ()	Superior incompleto ()	Ensino médio completo ()
Ensino médio incompleto ()	Ensino fund. completo ()	Ensino fund. incompleto ()
1. Local de origem: _____		
6. Qual a origem: Urbana () Rural ()		
2. Qual a condição de trabalho antes de vir para o assentamento?		
Trabalhador volante ()	Trabalhador rural fixo ()	
Trabalhador urbano temporário ()	Trabalhador urbano fixo ()	Outro ()
III. Dados posteriores a vinda para o assentamento rural		
1. Mora no assentamento a quanto tempo? _____		
2. Como adquiriu o lote?		
Inscrição no INCRA ()	Compra de terceiro ()	
3. Quantas pessoas residem no lote? _____		
4. Quantas pessoas da família trabalham no lote? _____		
5. Quantas pessoas da família trabalham fora? _____ Em qual profissão? _____		
IV. Produção nos assentamentos		
Agricultura () 2) Pecuária ()		
Agricultura - tipos de cultura são produzidas no assentamento?		
Soja () Milho () Trigo ()		
Outra () qual? _____ quantos alqueires _____		
Tem maquinários? Trator () Colheitadeira () Plantadeira ()		
3) Pecuária – tipos de criação		
b) Gado de corte () ou vaca leiteira () Quantas cabeças? _____ quantos		

litros_____
4. Onde é comercializada a produção?
Mercados municipais () Feira do produtor () Compra direta () Outros ()
5. Utiliza ou utilizou financiamento para a produção? Se sim, qual? _____
6. Recebe orientações técnicas a respeito da produção?
Sim () Não () De qual órgão?_____
7. O assentamento possui alguma forma de organização de moradores?
Associação () Cooperativa () Outras ()

APÊNDICE C- ENTREVISTAS COM REPRESENTANTES DOS ASSENTAMENTOS

Nome: _____

Idade: _____ Naturalidade: _____ Estado _____

Civil: _____

Escolaridade: _____ Tempo no

Movimento: _____

Roteiro semi-estruturado da entrevista

- 1- Quais os motivos da luta pelo acesso à terra?
- 2- Comente sobre o processo de formação do assentamento (organização política, identidades, redes de cooperação).
- 3- Os assentados em sua maior parte são das regiões paranaenses ou vieram de outras regiões do país? (identificar os principais municípios de origem das pessoas)
- 4- Como é sua experiência no assentamento (ou acampamento)?
- 5- Os camponeses assentados (ou acampados) têm algum tipo de acesso a benefícios do Estado, em relação ao desenvolvimento da produção e das propriedades?
- 6- Quais as dificuldades enfrentadas pelos camponeses assentados (ou pré-assentamento), em nível social, econômico, cultural e político?
- 7- No Assentamento há uma preocupação com as questões ambientais?